

PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 281
MAIO
1995
R\$ 1,50

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA



JUCA VARELA/FOLHA IMAGEM

**LIBERALISMO E
NEOLIBERALISMO**
JUAREZ GUIMARÃES
PÁGINAS 10 E 11

**AS ONGs NA
AMÉRICA LATINA**
JAMES PETRAS
PÁGINAS 18 E 19

**CONTRIBUIÇÃO AO
10º EN DO PT**
JOÃO MACHADO
PÁGINAS 6 A 8

A GREVE DOS PETROLEIROS E AS PARALISAÇÕES NO SETOR PÚBLICO POLARIZAM A RESISTÊNCIA ÀS "REFORMAS NEOLIBERAIS". SÃO AS PRIMEIRAS ESCARAMUÇAS DE UMA GUERRA QUE PROMETE SER LONGA. OS SETORES EM LUTA NECESSITAM DO APOIO DE TODOS.

A PRIMEIRA BATALHA

PÁGINAS 3 A 5

NACIONAL

A PRIMEIRA BATALHA DE UMA LONGA GUERRA PGS. 3 E 4
Rafael Freire e Carlos Maldonado analisam as greves no setor público e a postura intransigente do governo FHC. Para eles, a tentativa de golpear setores de ponta do sindicalismo visa aplinar o terreno a para as "reformas" neoliberais. É parte de uma disputa estratégica que apenas se inicia.

RESISTÊNCIA E REFORMAS POPULARES PG. 5
 Uma versão editada do documento apresentado pela corrente sindical em formação, que polemiza com a posição majoritária adotada pela Direção Nacional da CUT sobre a tática da central face às "reformas" constitucionais do governo.

CUT E CONTAG PG. 14
 Nossa redação noticia o 6º Congresso da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, que aprovou a filiação à CUT.

PARTIDO

RESISTÊNCIA E ALTERNATIVA POPULAR PGS. 6 A 8
João Machado apresenta uma contribuição ao debate preparatório do 10º EN do PT, apontando a necessidade do partido, superar todas as ambiguidades face ao governo FHC e traçar uma linha de confronto aberto com o neoliberalismo. Debate também o tema da "burocracia" no PT, registrando que seu foco real é a burocracia parlamentar.

É POSSIVEL UMA MAIORIA SEM POLÍTICA? PG. 9
Fábio Pereira debate a situação da Articulação Unidade na Luta e sua disposição de recuperar a maioria na direção do PT, embora não tenha posições claras sobre os temas em debate.

TEORIA

LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO PGS. 10 E 11
Juarez Guimarães traça um panorama da evolução do liberalismo como visão de mundo orgânica ao capitalismo desde suas origens, no século XVII, até a atualidade, destacando também o significado do aparecimento do neoliberalismo.

SOCIEDADE

UM DESEMPREGO PARA TODA A VIDA PGS. 12 E 13
Francisco Louçã analisa o surgimento de um desemprego estrutural nos países capitalistas centrais, e destaca as alternativas de geração de emprego, mostrando como estas são fruto de opções tomadas pela sociedade.

O PLANO DE MALUF PARA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE PG. 15
 O vereador *Ítalo Cardoso* analisa a proposta do Programa de Atendimento à Saúde, que está sendo implantado pelo prefeito Paulo Maluf e que pode se transformar no modelo de privatização da saúde em todo o país.

AS ORIGENS DO 8 DE MARÇO PG. 14
Nalu Faria retoma aspectos de um artigo polêmico sobre o tema.

CANDOMBLÉ, EXCLUSÃO E LUTA PG. 16
Jorge Carneiro Macedo, do movimento negro do Rio, recorda o papel das religiões afro na construção da resistência e da identidade negra e analisa as dificuldades da esquerda de lidar com esta expressão da luta popular. Lembra que estes cultos foram excluídos do comitê de religiosos da Campanha Lula.

17ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE GAYS E LÉSBICAS PG. 17
 O Rio de Janeiro sediará a próxima conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA). *Luisa Granado* descreve as expectativas em torno do evento e seu possível impacto sobre o movimento no Brasil.

AS ONGS NA AMÉRICA LATINA PGS 18 E 19
James Petras, colaborador do Movimento dos Sem-Terra, debate o papel das Organizações Não-Governamentais em nossa região, lembrando que elas podem contribuir para a luta popular, mas tem atuado principalmente como elemento de esvaziamento de sua radicalização.

SÁBADO: A CRÍTICA DO CAOS P. 19
 O filme de Ugo Giorgetti é comentado por *William Aguiar*.

O DIA DOS QUE TEM OS DIAS CONTADOS PG. 20
 O *dr. Rosinha* e *Célio Martins* a pretexto do 19 de abril, o Dia do Índio, mostram a situação de desamparo completo em que se encontram as nações indígenas no Brasil.

COM ESTA EDIÇÃO, ESTAMOS ENVIANDO AOS ASSINANTES DE APOIO O TEXTO DE JANE SLAUGHTER - RESISTINDO AO TOYOTISMO

LEIA E ASSINE EM TEMPO:

QUEM OPTAR PELA ASSINATURA DE APOIO RECEBERÁ, JUNTO COM O JORNAL, TEXTOS DE DEBATES TEÓRICOS

Sim, quero assinar o **Em Tempo** por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

Apoio R\$ 30,00 Normal R\$ 15,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou xeroque e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
 Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 66 55 50

EM TEMPO:

Uma publicação da Tendência Democracia Socialista

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MIB 18.663 DRE/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia (editoração) e Carlos Henrique Árabe.
 Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda - São Paulo/SP CEP 01151-000 Fone (011) 66.5550
 Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 s/04 Bomfim - CEP 90120 - Fone (051) 227.4642

Primeira batalha da longa guerra

RAFAEL FREIRE E CARLOS MALDONADO

A greve unificada de trabalhadores de estatais e do serviço público federal iniciada em 3 de maio passado faz parte de um amplo movimento de resistência de massas à política neoliberal do governo FHC. Se compararmos este primeiro semestre de 1995, com o início do governo Collor em 1990 ou de outros governos neoliberais em América Latina, fica claro que trata-se de um nível impressionante de atividade política e reivindicativa dos setores populares, e aponta uma tendência de recuperação dos níveis de mobilização social perdidos no início desta "década neoliberal" no Brasil.

Assim, enquanto no plenário e em comissões da Câmara de Deputados se votavam as estratégicas emendas neoliberais de FHC à Ordem Econômica da Constituição Federal, o noticiário estava voltado para informar (e criticar) as "greves da CUT". De fato, o governo FHC e os setores conservadores que encabeça (nas instituições do Estado, na sociedade civil, na mídia, etc.) demonstravam absoluta clareza sobre o que, e de que maneira, encontrava-se em jogo na conjuntura.

A onda de greves

O movimento de greves de trabalhadores de estatais e serviço público federal, combinado com outras categorias com datas-base em maio, assumiu fundamental importância para os enfrentamentos mais globais com a ofensiva neoliberal no Brasil, porque foi visto desde o início como parte de uma estratégia geral da CUT, e fora incentivado pelo calendário de mobilizações e lutas que vinha sendo definido pela Central.

Apesar da pauta de reivindicações das categorias em greve ter um caráter prioritariamente econômico, em muitos casos de cumprimento dos acordos assinados no ano passado com o governo Itamar Franco, o embate mais geral entre os blocos conservador e democrático-popular na sociedade fez com que o conflito trabalhista rapidamente assumisse um caráter político geral.

De fato, em vários setores, havia pressão na base para deflagrar greves por cumprimento de acordos ou reajustes salariais que estava sendo represada na tentativa das direções de realizar um movimento unificado e mais potente. Essa reivindicação inseriu-se, então, numa conjuntura já marcada pela disputa política mais geral, a partir de categorias muito sensíveis (e contrárias) às reformas propostas pelo governo.

As categorias do setor privado da economia, com poucas exceções, apesar de mobilizadas, têm adiado a concretização de greves porque ora os patrões ora os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) têm concordado com aumentos reais de até 7% (além do IPC-r) usando da margem de manobra aberta pelo aquecimento da economia e pelas medidas de restrição das importações recentemente definidas.

Já os trabalhadores do setor estatal são vítimas diretas da política de arrocho nas contas públicas, e o governo FHC tenta impedir que o sindicalismo cutista registre avanços a partir da mobilização em qualquer esfera (mesmo *economicista*) que possa acumular forças para o enfrentamento político central da conjuntura: o das reformas constitucionais.

A oposição às reformas

No final do ano passado e inícios deste as oposições estiveram ausentes do cenário político deixando a FHC grande margem de manobra para instalar seu governo e deslanchar seu programa neoliberal na opinião pública.

Somente com o envio da emenda sobre a previdência social se constrói nas ruas uma oposição política ao programa do novo governo. A direção Nacional da CUT em sua reunião de dezembro de 1994 aprovou a resolução "Em defesa dos direitos dos trabalhadores e da cidadania, contra as reformas neoliberais de FHC". Nela estava definido um con-

junto de iniciativas que se implementados permitiriam aproveitar a rejeição popular provocada pelo próprio governo com a emenda da previdência.

De fato, foi isso que aconteceu. A frente social de oposição proposta pela CUT em dezembro se formou nas ruas (mostrando seu potencial) ainda que não tenha se estruturado nacionalmente (explicitando uma estratégica fragilidade política e organizativa que irá pesar mais para frente). Um calendário de mobilizações e lutas iniciado em 8 de março e a deflagração de greves em regiões e categorias, sinalizou um grande potencial mobilizador.

Foi igualmente importante o posicionamento da Banca Federal e da Direção Nacional do PT no sentido de encabeçar a resistência às reformas neoliberais da Constituição.

O processo de unificação de categorias que conduziu à greve dos trabalhadores de estatais e servidores públicos federais iniciada em 3 de maio se insere nesse mesmo momento e movimento político.

No entanto, assim como as lideranças dos setores estavam muito pressionadas pelas reivindicações e dinâmicas específicas de suas categorias, faltou uma estratégia de parte da Central para aproveitar potencialidades e suprir deficiências, ao ponto que demorou a ser incorporada a noção de que "essa greve é nossa", isto é, do conjunto da classe trabalhadora.

Ainda, a resolução da Direção Nacional da CUT de início de maio foi manipulada pela imprensa buscando mostrar uma fragmentação da estratégia cutista e passar para a base da Central e para a opinião pública que enquanto a Direção da CUT buscava "negociar emendas" (a CUT "do sim"), os setores em greve rejeitavam a negociação (a CUT "do não"). Essa interpretação distorcida não se ajusta em nada à conduta da Direção da CUT na greve. E mais além das divergências havidas quando da discussão dessa resolução (ver pg. 5) é politicamente irresponsável buscar fazer dela um divisor de águas na base do movimento no momento em que o enfrentamento com o governo está no nível mais alto - como alguns companheiros tem ensaiado.

A reação do governo

O governo FHC construiu habilmente as condições para passar à ofensiva. Em primeiro lugar, anunciou o adiamento da tramitação da reforma sobre a previdência, retirando o principal mote das mobilizações de rua da "frente social".

Em segundo lugar, focalizou todo o debate da greve sobre os petroleiros. Para tanto, instrumentalizou o Tribunal Superior do Trabalho para subverter a legalidade e descaradamente negar a validade dos acordos assinados pelo governo Itamar Franco com os petroleiros. Paralelamente decretou a "abusividade" da gre-

FHC quer impôr, como Thatcher na Inglaterra no início do seu governo, uma derrota exemplar aos sindicatos.



HOMERO SÉRGIO / AG FOLHA

1988: O EXÉRCITO OCUPA A CSN EM VOLTA REDONDA.

O cálculo

"Esse cenário <forte contração da atividade econômica>, na avaliação do deputado <Delfim Netto, PPR-SP>, tende a produzir, entre junho e julho - quando será negociada a lei salarial que substituirá o IPC-r - uma situação dramática do ponto

de vista dos trabalhadores: 'Os sindicatos terão saído moídos da greve que estão fazendo numa situação de desemprego na economia, como um exército de Brancaneone para discutir a nova política salarial'" Gazeta Mercantil, 18/05/95. □

Estas são apenas as primeiras lutas de uma longa disputa para aplicar a reorganização neoliberal da economia e do Estado brasileiro.

ve, incitou à demissão dos grevistas e exigindo que retornassem ao trabalho. A partir daí levantou-se o coro de que a greve estaria abalando a ordem democrática - já que a CUT estava promovendo o descumprimento de uma ordem judicial.

Em terceiro lugar, de forma combinada com as TVs, rádios e jornais, buscou colocar os usuários de derivados de petróleo (em particular, de gás de cozinha) contra os petroleiros. Dessa maneira podia usar à exaustão o mote de que o movimento defendia privilégios de uns poucos (petroleiros) contra os interesses da população. Pelo volume da campanha dos setores conservadores é impressionante o espaço que há entre a população de "compreensão" dos motivos dos grevistas.

Com essas iniciativas, o governo buscava quebrar o movimento focalizando a disputa no setor em greve politicamente mais estratégico. Se vitorioso, poderia aplicar o "efeito dominó" sobre os demais setores. E o que é mais importante ainda, enfraquecer a CUT como um todo nas disputas do período.

Os salários e o plano real

Há uma segunda disputa estratégica nesta conjuntura em que se desenvolve a greve dos trabalhadores de estatais e servidores públicos federais. O Plano Real previa o fim da indexação dos salários a partir de julho de 1995. No entanto, a conjuntura aberta com a crise mexicana em final de 1994 mudou totalmente as condições de implementação da política econômica no país.

Os crescentes déficits comerciais externos não foram mais financiados com ingresso de capital especulativo (diminuindo aceleradamente as reservas internacionais), o governo recorreu a um aumento fantástico da taxa real de juros junto com outras medidas visando restringir o consumo, diminuir as importações e desacelerar a economia (provocando novo aumento da sangria de recursos via dívida pública interna assim como uma onda de inadimplências de pessoas físicas e jurídicas sem precedentes). Contudo, a taxa de inflação não arreda pé do patamar de 2 a 3% ao mês (entre 25 e 43% ao ano).

Evidentemente, nesse marco o governo não conseguirá abolir por completo os reajustes dos salários. Prepara, então, as condições mais favoráveis para a batalha: a) uma derrota

do mais importante movimento grevista da CUT no período, atingindo setores estratégicos; b) um cenário de desaceleração acentuada da economia, inibindo mobilizações por melhoria salarial; c) uma campanha propagandística em torno de "salvar o real", "defender a estabilidade", etc. que legitime uma política salarial que não recupere o valor dos salários frente a inflação do período.

A queda de braço

No dia 17 de maio os jornais anunciavam que as importações de derivados de petróleo que o governo providenciara para suprir o mercado interno complicavam ainda mais a situação deficitária da balança comercial. No mesmo período, já a metade dos petroleiros havia assinado um pedido de "demissão coletiva" em solidariedade com os dirigentes e ativistas demitidos pelo governo; o comando da greve anunciava novas adesões à paralisação entre telefônicos, eletricitários, funcionalismo federal, etc. e começavam a ser propostas ou desenvolvidas as primeiras manifestações de rua, de fora dos próprios grevistas, em apoio ao movimento (no nordeste, na baixada santista, no ABC, etc.)

Contrariando os cálculos dos setores conservadores, o movimento não arrefeceu depois dos fortes embates com o TST e o governo federal. As reuniões acontecidas no dia 18 de maio, entre parlamentares e FHC, e entre dirigentes cutistas e a liderança do PSDB, explicitaram que o governo tocara o "teto" na sua tática de enfrentamento desenhada no início da greve - sobrando o desgaste cumulativo dos grevistas frente a população, que não dava clareza nenhuma de quanto tempo requeriria e quais "efeitos colaterais" poderia ter. (Para mudar a conjuntura rapidamente, a partir de então, o enfrentamento deveria tomar um caráter semelhante ao da repressão à greve da CSN em 1988, com novos riscos políticos para o governo). Em qual dos "cálculos políticos" apostar, eis uma questão que dividia o governo. Daí que enquanto uns sinalizavam que poderia haver recuos nas punições aos grevistas (e até alguma concessão econômica), outros, ato seguido, o negavam. Nas negociações com o funcionalismo há igualmente sinalização da possibilidade de alguns avanços concretos.

O coro da direita incentivava FHC a fazer desta greve o teste de força decisivo com o movimento sindical combativo pedindo a repetição do que a Margareth Thatcher fez com os mineiros ingleses nos anos 70. Mas as diferenças são várias e importantes. No nosso caso a greve já está afetando o fornecimento de insumos para setores chaves da indústria (petroquímica, siderúrgica) e dos serviços (transportes). Também o ambiente político que a esquerda brasileira, com o PT, a CUT e a Central de Movimentos Populares à cabeça, pode criar é muito mais favorável aos grevistas (no qual têm sido muito tímida até aqui).

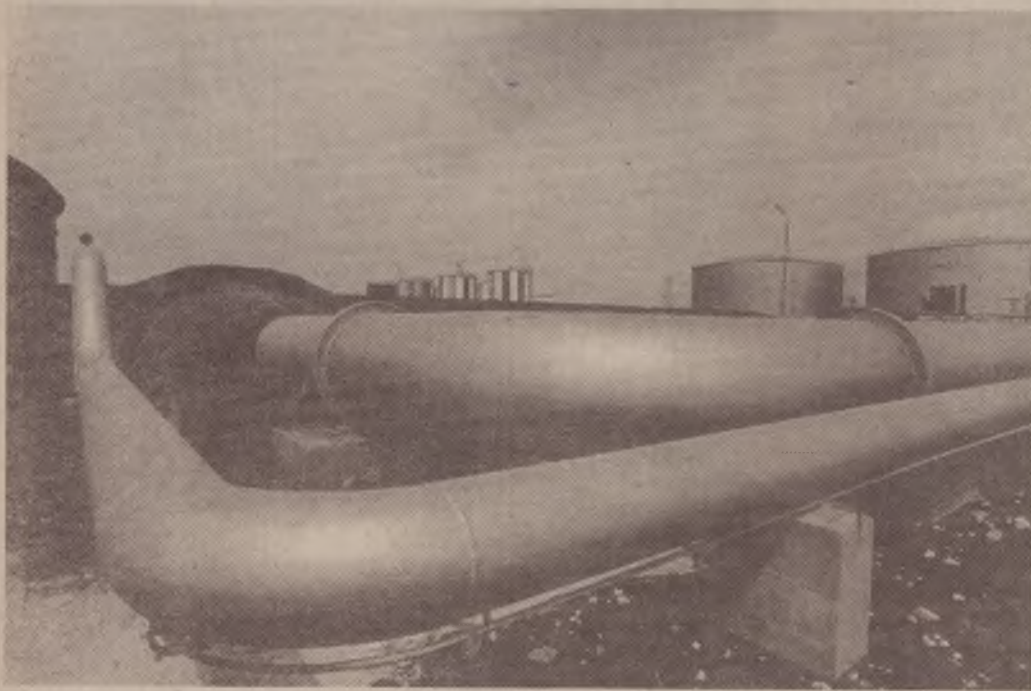
Mais de quinze dias após o início das paralizações, as assembleias das categorias em greve precisam sentir o calor da solidariedade concreta, que se contraponha à pressão reacionária da *mídia*, do empresariado, do sindicalismo de direita e do governo. Do lado dos trabalhadores se coloca a necessidade de produzir um "fato novo", que traduza claramente que essa greve é de todos os trabalhadores, e que a mobilização é geral. A mobilização de apoio aos grevistas "de fora" das categorias do setor público e a ampliação das categorias em greve apontam o caminho certo.

Momento alto da retomada das lutas, a greve em curso dos trabalhadores de estatais e serviços públicos federais deve ser entendida por nós como parte fundamental (mas não exclusiva) do enfrentamento global com o projeto neoliberal. O fato de que, por iniciativa de deputados da esquerda do PT, tenha se conformado um bloco parlamentar ao qual faltam menos de uma dúzia de assinaturas de deputados para barrar a quebra do monopólio do petróleo, dá testemunho de que existe um espaço político real para desenvolver a resistência ao projeto neoliberal.

A greve em curso é a primeira batalha de uma guerra que, prevemos, será longa. □

19 de maio de 1995

Rafael Freire é membro da Executiva Nacional da CUT e **Carlos Maldonado** é coordenador geral da Federação dos Trabalhadores das Universidades (Fasubra).



Quadro geral da greve

Em meados de maio o quadro da greve era o seguinte:

- Petroleiros: 45.000 em greve (mais de 90% da categoria)
- Ferroviários: 40.000 em greve (cerca de 85% dos trabalhadores da RFFSA e CBTU)
- Funcionários de Universidades: 58.000 em greve em 24 universidades (57% da categoria)

- Professores de Universidades: 10.000 em greve em 9 universidades (20% da categoria)
- Saúde e previdência: 125.000 em greve em 7 Estados (55% da categoria)
- Telecomunicações: 10.000 em greve em 2 estados (15% da categoria)
- Escolas técnicas federais: em greve em 4 estados. □

Resistência e reformas

Este texto é uma versão editada do informe produzido pela coordenação da nova tendência sindical cutista que estão impulsionando as correntes integrantes da Cut pela base (DS/PT, Fórum do Interior-Vertente Socialista/PT, Mosmsp, MTM/PT) e a Força Socialista/PT. Ele foi publicado na íntegra no boletim *Relatório Sindical* nº2 de 13/05/95.

A reunião da Direção Nacional da CUT de 3 e 4 de maio passado votou uma resolução sobre conjuntura, mudando o eixo da CUT com o seguinte norte: "Por reformas populares, cidadania, uma vida digna e melhores salários, contra as reformas neoliberais de FHC" (em substituição ao anterior eixo de "Em defesa dos direitos dos trabalhadores e da cidadania, contra as reformas neoliberais de FHC").

Na reunião da DN/CUT 60% votou a favor da resolução (basicamente membros da *Articulação Sindical*) e 40 % contra (basicamente membros da *Cut pela base*, *Força Socialista*, *O Trabalho*, *PSTU*, *CSC*), com uma abstenção (um membro da *Articulação Sindical*). Apesar de ter votado coesa "a favor" diversos membros da AS manifestaram "em paralelo" sua desconformidade com o teor da proposta de sua coordenação; igualmente no conjunto de correntes que votaram "contra" as diferenças de entendimento e encaminhamento também foram substanciais.

Pelo texto votado, não necessariamente deveria mudar o rumo definido pela Central em outros fóruns (combate ao projeto neoliberal de FHC, com prioridade no enfrentamento da reforma constitucional). No entanto, o texto anuncia uma disposição (registrada imediatamente pela imprensa e pelo próprio governo) da CUT apresentar propostas à reforma constitucional. Mas, as resoluções de instâncias da CUT nunca se contrapuseram "à reforma em si", mas a "seu caráter neoliberal" (ao contrário de 1993, quando sim houve contraposição à "revisão constitucional" considerada ilegítima, etc.). Consequentemente, aquele "anúncio" também não configuraria uma mudança.

O fundamental, então, é uma postura frente à opinião pública. Desde o início dos confrontos políticos (e de rua) com o governo, setores da direção da AS vinham mostrando desconforto com o fato que caracterizam como a Cut estar sendo colocada, pela imprensa e pelo governo, no "gueto", e excessivamente identificada com uma postura do "não". A resolução agora adotada permite apresentar à opinião pública uma faceta de "sim", uma Central com "propostas". Há pois uma questão de "marketing político" por trás da decisão.

Ambiguidades da resolução

A conjuntura que estamos vivendo neste início de maio têm, a primeira vista, traços de paradoxo, mas que podem ser explicados numa análise mais aprofundada.

A mobilização popular cresceu desde inícios do ano, sobretudo a partir da revolta de largos setores contra as mudanças da previdência. A crise da economia mexicana, principal referência do campo neoliberal latino-americano, colocou na defensiva os economistas e governos conservadores no continente (e no Brasil). Mas o governo tem espaço para manobrar. FHC afrouxou a pressão sobre a reforma da previdência, buscando dispersar o campo opositor (sobretudo identificando, corretamente, que nos temas da Ordem Econômica, a esquerda não tem conseguido empolgar à população) e obteve adesões configurando, formalmente, uma maioria folgada no Congresso.

O que seria a principal arma do campo popular, a greve de largos setores do funcionalismo e das estatais, não conseguiu mudar esse quadro até o momento. De fato, têm sido a imprensa e o governo que têm "politizado" a greve, buscando identificar a defesa dos monopólios com a ameaça de desabastecimento de gás de cozinha. Já o movimento e a direção da Central não tiveram efetivamente iniciativas que conduzissem no sentido de vincular a greve com a defesa dos interesses de todos os trabalhadores e do povo.

Esse é o marco político no qual se insere a resolução da Direção Nacional. O problema dessa resolução não é "propor reformas populares" (nós já o fizemos na campanha presidencial de 1994, e antes), mas de não enxergar o verdadeiro cenário político no qual estamos nos movimentando.

"Resistir às reformas neoliberais" contrapõe-se a "propor reformas populares"? Não. Mas entendemos que o momento a-gora é de buscar impingir uma derrota política ao governo federal, através da resistência às emendas já apresentadas por FHC (*Ordem Econômica e Previdência*). Somente alcançado esse cenário é que podemos vislumbrar a possibilidade de disputar propostas alternativas desde o campo popular. Inclusive porque qual quer "proposição" nesses temas tem como preliminar um "não" às propostas do FHC. Consequentemente, qualquer debate sobre "propostas alternativas" só pode ser colocado em auxílio à resistência e não no campo de negociação que o governo estabeleceu (isto é, "por dentro" das emendas do governo).

Por outro lado, há o problema da "frente social de oposição", definida como prioridade pela Direção da CUT em dezembro/94, que não se materializou em nível nacional, sendo deixada às dinâmicas regionais (há estados onde foi constituída) ou temáticas (como na previdência).

Essa "frente" poderia funcionar como um fator para tirar as posições da CUT do isolamento mais do que as tentativas de "reconciliação" com a mídia (a qual "promove" a CUT quando esta se mostra "bem comportada" e a ataca quando mostra seu caráter combativo). Por outro lado, a dinâmica de resistência "une", o debate sobre propostas pode "provocar ou evidenciar diferenciações" entre entidades do campo democrático e popular que precisam de tempo para serem trabalhadas. Dependendo do que nossa Central encaminhe (e como encaminhe), a discussão de propostas pode pressionar a dissolução do campo político da "frente".



Prioridade

A prioridade absoluta continua nas mobilizações de resistência frente as reformas neoliberais de FHC. Nossa intervenção principal continua sendo o apoio às greves em curso e iniciativas no sentido de pressionar o Congresso (e derrotar politicamente o governo). A discussão de "reformas populares" deve fortalecer a perspectiva da resistência e não se contrapor a ela.

Discordamos da avaliação feita por companheiros do PSTU antagonizando com a resolução aprovada, buscando criar clima para reaquecer a luta interna e somos contrários a que as assembleias coloquem em pauta posicionamentos sobre a resolução da DN/CUT.

Consideramos sim, que entre as direções sindicais cutistas deve ser atualizada a discussão sobre a conjuntura e tarefas. Esse processo de discussão deve percorrer o conjunto da CUT, desde as diretorias de sindicatos, passando pelas direções de ramo e estaduais/regionais, até o nível nacional. □

A discussão de "reformas populares" deve fortalecer a resistência e não se contrapor a ela.

Resistência e alternativa popular

JOÃO MACHADO

Entramos em um novo momento da vida política nacional e um novo período da vida do PT.

O desafio posto é combinar a oposição ao governo e a resistência às suas políticas com uma ampla atualização estratégica.

1978: REPRESSÃO AO MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA EM SÃO PAULO



JUCA MARTINS

A definição das tarefas colocadas para o 10º Encontro do PT deve partir da constatação de que *nossa derrota nas eleições de 1994 e a constituição do governo FHC*, que unifica os setores conservadores, abrem *um novo momento na vida política nacional e um novo período da vida do PT*.

Numa primeira fase da sua trajetória o PT cresceu, implantou-se nacionalmente, construiu bases programáticas e fortaleceu referências políticas que o distinguiram como um partido ao mesmo tempo inovador e profundamente enraizado nas melhores tradições da esquerda. A sistematização mais avançada das suas posições foram as resoluções do 5º e do 6º Encontros Nacionais do partido; foram estes documentos que deram base política para as campanhas eleitorais de 1988 e 1989. Definiam uma estratégia de “construção de uma alternativa democrática e popular”, na qual um “governo democrático e popular”, como deveria ser o governo Lula, iniciaria um amplo processo de transformações, enfrentando o imperialismo, o capital monopolista e o latifúndio, buscando construir a hegemonia dos trabalhadores na sociedade, na perspectiva do socialismo.

Neste processo, o PT firmou-se como principal partido da esquerda brasileira e um dos mais importantes de todo o mundo, e como alternativa real de governo no país.

Fase de impasses

A segunda fase da vida do PT começou quando o crescimento de seu peso institucional combinou-se com a crise internacional da esquerda. A crise do movimento socialista resultou, por um lado, da derrocada dos regimes burocráticos do chamado “campo socialista” seguida de movimentos em direção à restauração do capitalismo; e, por outro lado, da falência das experiências social-democratas de governos, incapazes de apresentarem uma alternativa aos neoliberais. A esquerda em todo o mundo foi posta em uma situação de brutal defensiva; ficou muito mais difícil apresentar um projeto socialista credível para a população em geral.

Após 1989 vivemos uma situação de paradoxal. Por um lado, ficou muito mais difícil desenvolver uma estratégia que tivesse um rumo socialista. Por outro lado, parecia que continuava perfeitamente possível, ou até mais fácil, desenvolver uma tática para que o PT chegasse ao governo, contando sobretudo com a enorme prestígio eleitoral do Lula.

Neste quadro, muitos setores do PT realizaram um processo de adaptação de suas posições políticas a nova situa-

ção. Não é nenhum exagero falar de uma “esquerda light”, de “baixos teores” de socialismo e de luta de classes, como a grande imprensa se encarregou de fazer. O ponto culminante desta adaptação foi a linha de “governo de centro-esquerda”, imaginada em torno de uma aliança entre o PT e o PSDB. Os afoitos chegaram a falar em um congresso para “unificar a centro-esquerda”, colocando o PT dentro desta categoria; outros, e até hoje, querem ampliar a aliança até o “centro democrático”. Esta linha não era defendida apenas pela corrente “Projeto para o Brasil”, depois chamada “Democracia Radical”, mas incluía amplos setores da antiga “Articulação” (ainda unificada). Por alguns anos, estas posições foram de fato majoritárias na direção do PT.

Já outro tema forte dos setores mais “lights” do partido é o da transformação do PT em um “partido de interlocução”, com fronteiras partidárias pouco definidas, diluídas, e que abandonasse a busca de dirigir movimentos sociais. Nesta segunda fase de sua vida, o PT teve abaladas suas referências e sua identidade de partido socialista.

8º EN: reação insuficiente

A linha de “centro-esquerda” foi inviabilizada por dois movimentos contrapostos. De um lado, os pretendidos parceiros (o PSDB) revelaram inclinações cada vez mais conservadoras, e expuseram crescentemente suas novas convicções neoliberais (por um triz deixaram de entrar em bloco no governo Collor...). De outro lado, houve uma reação no próprio PT contra esta linha, que conduziu à divisão da “Articulação” e a uma mudança bastante ampla nas posições do partido no 8º Encontro.

O 8º Encontro significou uma tentativa de retomar os temas do 5º e do 6º Encontros: a alternativa democrática e popular, a luta anti-imperialista, anti-monopolista e anti-latifundiária, além de apontar para um esforço de reorganização partidária que recolocasse o partido no caminho da mobilização social. Mas as circunstâncias que combinavam dificuldade de apontar uma estratégia socialista com a aparente facilidade de apontar uma tática que tornasse possível ganhar as eleições presidenciais funcionaram como um limitador da reorientação partidária. Não conseguimos inserir o programa do governo Lula em uma estratégia socialista.

Embora as resoluções do Encontro assinalassem a força dos setores dominantes, e afirmassem que a vitória do Lula dependeria da mobilização social, o que exigiria uma reorientação profunda da vida partidária, de fato a visão que predominou era a de que seria possível ganhar as eleições com base na força eleitoral do Lula e nas confusões e debilidades dos adversários. O Encontro marcou também um distanciamento da linha de aliança preferencial com o PSD, mas não foi possível superar uma significativa ambiguidade nesta questão. A verdade é que a busca de aliança com o PSDB continuou - escudada na avaliação, de que “o PSDB era um campo em disputa”.

O fracasso da campanha Lula

As deliberações do 8º Encontro já tinham limitações, ampliadas quando se tentou colocá-las em prática. A direção eleita no 8º Encontro teve um papel importante na definição de algumas posições políticas, mas pouco conseguiu fazer na reorganização partidária, em colar mais a vida do PT aos movimentos sociais, ou seja, nas questões que poderiam criar condições para que a campanha de 1994 contasse com uma ampla mobilização.

Além disso, fomos todos, em maior ou menor grau, vítimas da ilusão de que de fato Lula não tinha adversários eleitorais sérios, e que a vitória era muito provável. A discussão do programa de governo se centrou muito mais em definir um programa para governar, sóbrio e realista, do que em destacar temas que pudessem empolgar a população e polarizar socialmente as eleições. O 9º Encontro foi realizado num clima de otimismo - e despreocupação - máximos; se-

quer deu atenção à ameaça representada pelo plano "FHC-2", depois rebatizado para "Plano Real".

O resultado foi que a campanha de 1994 ficou muito aquém da de 1989, tanto em mobilização social quanto em polarização política. E o candidato da aliança conservadora ganhou já no primeiro turno. *FHC formou um governo mais forte e mais decidido a implantar as "reformas" neoliberais do que o próprio governo Collor.*

O PT entra assim em mais uma nova fase, mais difícil. O que se coloca agora é como combinar a oposição ao novo governo conservador, a resistência às suas políticas, com uma ampla atualização do projeto estratégico do partido e com a sua reorganização.

Reformas reacionárias

Após os primeiros meses do governo FHC, não pode haver qualquer dúvida sobre o seu caráter. Sua cara aparece nas propostas de "reformas" à Constituição, na política econômica que vem sendo implementada e na sua relação com os movimentos sociais.

As "reformas" à Constituição, que tanto entusiasma as elites nacionais e estrangeiras interessadas em ganhar dinheiro no país, são na verdade um muro contra as reformas sociais. O que se quer é "reformar" o Estado e o setor estatal da economia: isto é, reduzi-los, "abri-los" para a concorrência, desmontá-los e privatizá-los, entregá-los tanto quanto possível ao capital nacional e sobretudo estrangeiro. Fala-se que o Estado é ineficiente, gastador, que os setores estatais acumulam privilégios etc. Uma coisa e outra existem, por responsabilidade dos mesmos que agora se tornaram paladinos das "reformas" conservadoras. Mas nem uma palavra é dita contra os privilégios muito mais gritantes dos setores privados. A lógica central destas propostas é o endeusamento do mercado e da concorrência, que garantiriam a eficiência e até mesmo a justa distribuição de recursos - dogma neoliberal desmentido a cada crise especulativa, bem como pelo agravamento das desigualdades sociais que o mundo tem sofrido nestes anos de mercado triunfante.

Outra idéia-chave do projeto das "reformas" conservadoras é a da redução dos direitos sociais. Também se liga à defesa da lógica do mercado e da concorrência. Fala-se que para modernizar a economia brasileira, para que ela seja competitiva num mercado mais globalizado, é preciso reduzir o "custo Brasil" (da mesma forma, os neoliberais argentinos querem reduzir o "custo Argentina", os mexicanos reduzir o "custo México", etc). E chega-se ao cinismo de dizer que o "custo do trabalho" é alto no Brasil, pois os encargos sobre a folha de pagamentos seriam exorbitantes. Na verdade, os ditos "encargos" incluem elementos que são parte dos próprios salários (13º, férias), misturados com pagamentos feitos para os próprios setores capitalistas.

Mais que qualquer outro objetivo, as "reformas" conservadoras pretendem atrair capital externo. Para isto querem oferecer grandes negócios (com as privatizações) e todas as garantias. A idéia é que uma entrada abundante de capitais externos viabilizaria um novo ciclo de crescimento da economia. Como se a aplicação desta política de forma extrema tivesse viabilizado um ciclo de crescimento para a economia mexicana!

Se as "reformas" conservadoras forem vitoriosas, a consequência será consolidar e aprofundar a mudança da correlação de forças na sociedade brasileira em favor do grande capital e em detrimento dos interesses populares.

As "reformas" conservadoras da Constituição se casam com a política econômica que vem sendo posta em prática, em particular com a política de estabilização. Baseia-se na "âncora cambial" (fixação nominal da taxa de câmbio, e portanto sobrevalorização da moeda nacional, combinada com aceleração da abertura comercial), e na manutenção de taxas de juros elevadíssimas (que se destinam não apenas a "desaquecer a economia", mas também a atrair capital externo, necessário para tentar tapar os buracos da "âncora cambial"). Estas políticas tornam mais difícil qualquer projeto de desenvolvimento e ameaçam de forma direta o que nos resta de soberania nacional.

É evidente que uma estabilização conseguida desta forma não interessaria aos setores populares; e a experiência dos países vizinhos que fizeram coisa semelhante mostra como a própria "estabilização" seria, no mínimo, precária.

Talvez a cara conservadora do governo se mostre ainda

mais rudemente na forma com que vem tratando os movimentos sociais. Responde truculentamente a manifestações populares; trata greves com demissões e ameaças. Enquanto utiliza fartamente medidas provisórias para governar...

Governo antipopular

Não cabe nenhuma vacilação: este é um governo conservador, antidemocrático, e não é pela presença destacada do PFL e dos outros partidos já identificados tradicionalmente como de direita (até o PPR já foi integrado oficialmente ao bloco de governo). Não se expressou, em todas estas questões, nenhuma diferença minimamente relevante entre o PSDB e os outros partidos que estão no governo. Aliás, em nenhuma questão os próceres do PSDB manifestam qualquer divergência significativa nem com os conservadores brasileiros mais conspícuos, nem com os conservadores internacionais. Em sua recente viagem à Inglaterra, FHC fez questão de apregoar sua identidade de pontos de vista com o primeiro-ministro conservador, John Major, e com... Margareth Thatcher!

Por outro lado, não podemos iludir-nos: embora a crise desencadeada a partir do México debilite os neoliberais, especialmente latino-americanos, e amplie nosso espaço para resistir e fazer oposição às políticas do governo, as forças conservadoras têm a iniciativa e estão na ofensiva. Mantêm seus apoios nacionais e internacionais, contam com a adesão entusiasmada e canalha da mídia, e conseguem manter grande influência popular. Mas isto não pode nos levar a uma política de negociar e apoiar algumas medidas para reduzir o prejuízo. A total oposição de projetos, de representação de interesses sociais que temos com a gente do governo nos obriga a fazer oposição, resistir, tentar criar condições para apresentar alternativas populares e para polarizar na disputa de projetos..

Não existe, ao contrário do que pensam alguns setores do próprio PT, uma "agenda de reformas" na qual teríamos algumas posições semelhantes às do governo. Existem as "reformas" conservadoras do governo e dos seus aliados, inclusive a mídia, e existe uma agenda de reformas sociais, econômicas, políticas, de interesse da nação, que temos de desenvolver e apresentar junto com outros setores e contra aqueles no governo.

Fim das ambiguidades!

Nosso máximo esforço deve ser o de deslegitimar as propostas do governo, explicitar seu caráter conservador e antipopular, deixar claro que não temos e não podemos ter nenhum ponto de contato com elas. Por isso, condutas como as dos setores do partido que apresentam propostas com pontos em comum com as do governo, ou que se confundem com parlamentares da auto-denominada "esquerda light" que tenta encontrar uma via intermediária, são profundamente danosas. Querem nos reduzir a uma oposição como a existente na Argentina ou no México nas eleições, isto é, uma oposição que aceita os marcos básicos da política do gover-

Não existe uma "agenda de reformas" na qual teríamos algumas posições semelhantes às do governo.

A burocracia que pesa na vida do PT é a parlamentar: a bancada federal tem mais de 400 funcionários e a direção nacional cerca de 30 profissionalizados!



JUCA MARTINS

no, que concorda no atacado e tenta se diferenciar no varejo.

Se pensamos do ponto de vista dos projetos históricos, dos interesses sociais em jogo e do interesse nacional, nossa oposição ao atual governo é da mesma qualidade da oposição que teríamos de fazer, por exemplo, a um governo de Salinas de Gortari, de Carlos Menem ou da nova conselheira de FHC - Margaret Thatcher. Da forma mais pedagógica possível, é esta a distinção real que temos de tornar progressivamente mais clara, especialmente para os setores que ainda se iludem com o passado de FHC ou com a retórica de membros do seu governo.

Estratégia e construção partidária

O 10º EN precisa, além de clarificar a avaliação do significado do governo FHC e a nossa tática de oposição, avançar no processo de atualização de nossa orientação estratégica, iniciado no 8º Encontro de forma muito insuficiente. Há um imenso trabalho a fazer para recuperar, no novo quadro internacional, a coerência e a capacidade de polarização que alcançamos com as resoluções do 5º e do 6º Encontros.

Outra questão é a da construção partidária. Não é novidade dizer que é preciso recuperar a organização de base e a capacidade de mobilização social. Em parte, a resolução desta questão depende de pôr em prática orientações que já foram aprovadas mais de uma vez: o partido precisa ter uma estruturação ágil e espaços democráticos de discussão (nacionais, estaduais, municipais, zonais, setoriais) alimentados por uma boa comunicação interna, por uma imprensa própria que possa reduzir os efeitos negativos das distorções da

grande imprensa, precisa de formação política, de respeito às deliberações coletivas, de unidade de ação. O partido precisa valorizar a ação institucional (inclusive dotando-se de meios para melhorar o seu acompanhamento pelos organismos de direção e de base), mas evitar a grande distorção de tornar-se um partido puramente eleitoral. O reforço da democracia partidária deve evitar a multiplicação de centros autônomos de decisões (como tem sido em vários momentos os gabinetes ou bancadas parlamentares), e integrar inclusive os mandatos executivos na vida partidária. Para tudo isto, é fundamental reforçar uma unidade política básica, exercitando ao máximo o pluralismo no interior do campo básico de posições do partido. E é importante lembrar que uma base importante da organização partidária é uma política de finanças sólida, que assegure a autonomia do partido.

Que burocracia ameaça o PT?

Há uma questão fundamental que tem sido objeto de grande confusão. Fala-se que o PT é hoje um partido muito burocrático. Se bem colocado, este é um problema real. O PT é hoje menos um partido de militantes do que era na sua origem; aumentou muito o número dos funcionários da política. Isto é em grande parte consequência do crescimento, mas envolve riscos consideráveis de acomodação política. A atividade política pode ser cada vez menos opção ideológica e cada vez mais meio de vida.

Mas quem são a maioria dos funcionários da política?

A julgar pelo que aparece na grande imprensa e na boca de setores da Democracia Radical e da Unidade na Luta, os funcionários da política seriam sobretudo os dirigentes partidários

profissionalizados e os funcionários das direções.

Mas é óbvio que, se fizermos uma avaliação minimamente honesta do fenômeno da burocratização, não se pode deixar de registrar que os dirigentes profissionalizados e os funcionários das instâncias são *uma pequena minoria* dos que vivem da política na esquerda. A grande maioria é composta pelos parlamentares em todos os níveis e por funcionários

parlamentares, por funcionários dos executivos dirigidos pelo PT, pelos sindicalistas "liberados" e pelos funcionários sindicais, e ainda por profissionais de muitas ONGs. Todos estes vivem da atividade política e podem considerá-la mais como meio de vida do que como maneira de revolucionar o mundo. Ou alguém tem alguma dúvida disso?

O número de dirigentes profissionalizados e de funcionários das instâncias de direção é, por outro lado, *ridiculamente pequeno* diante das tarefas colocadas. A direção nacional do partido tem, entre dirigentes, assessores e funcionários cerca de 30 pessoas assalariadas e cerca de 15 funcionários operacionais em conjunto com a direção estadual de São Paulo. *Apenas os deputados federais do PT têm mais de 400 contratados* (e pelas regras da Câmara poderiam atingir quase 800, 16 por deputado mais a liderança, fora o Senado), sem contarmos os funcionários da casa-limpeza, telefonia, segurança etc. Quadro semelhante se repete em todas as direções estaduais. Para discutir a linha diante das "reformas" conservadoras da Constituição, o Diretório Nacional tem de contar basicamente com o trabalho das bancadas e dos seus funcionários, ou com trabalho voluntário. Nestas condições, é extremamente difícil avançar, por exemplo, na discussão de um projeto alternativo estratégico.

Propostas equivocadas

É por isso que algumas propostas que têm sido feitas para enfrentar a "burocratização" do partido teriam, se aplicadas, resultados exatamente opostos. Por exemplo: fala-se na "eleição direta dos dirigentes". Em primeiro lugar, esta proposta tem um inequívoco sentido de esvaziamento do caráter coletivo que devem ter as direções, de *reforço da personalização das direções*. Mas em segundo lugar reforçaria muito a importância de "ser conhecido" para ser eleito dirigente. Nas condições da nossa sociedade e diante dos recursos do partido, há alguma dúvida de que isto ampliaria muito a influência da grande imprensa e dos parlamentares na formação das direções? O desequilíbrio institucional, pró-parlamentar e pouco militante do partido não seria corrigido e sim muito reforçado.

Outra proposta que é às vezes levantada é a da limitação do número de mandatos dos dirigentes partidários. Não há dúvidas de que esta pode ser uma boa proposta: a idéia de rodízio obrigatório é uma das boas alternativas que existem contra burocratização. Mas a questão é que estaria sendo atacada apenas a parte menor e mais fraca: para que *esta proposta* tenha um verdadeiro sentido, *tem de incluir limitação de mandatos também para os parlamentares*, obviamente! Senão pode agravar a fragilização das direções partidárias e o desequilíbrio institucional do partido. E estaria presa a uma visão liberal e individualista da política.

Uma proposta séria de enfrentar a burocratização teria de partir da valorização do trabalho militante e dos espaços do partido. Teria de incluir, por exemplo, maior rigor no princípio de que os parlamentares devem ceder parte dos seus funcionários para o trabalho do partido - o que acontece em muitos casos, mas não chega, por exemplo, e de forma absolutamente injustificável, às bancadas federais. Uma organização partidária mais sólida deveria adotar a limitação de reeleições (como a limitação dos mandatos, em particular para as executivos e as profissionalizações) inseridas numa regulamentação mais ampla que incluiria também - e *principalmente* - os parlamentares. E, diga-se de passagem, esta deveria ser também uma bandeira de reforma política a ser disputada pelo PT na sociedade, opondo-se a oligarquização crescente da vida política nos regimes liberais

Não vai nisso nenhum preconceito contra os parlamentares, é claro, e nem contra os dirigentes partidários. Mas nem ser parlamentar, nem dirigir o partido deve tornar-se, dentro de nosso projeto político, profissão.

Além disso, o partido deve começar a discutir seriamente a burocratização dos sindicatos, inclusive cutistas, e procurar encontrar orientações para que os sindicalistas petistas enfrentem estes problemas. Um dos desafios mais sérios colocados para o PT é reconstruir sua relação com os movimentos sociais, tema que não pudemos desenvolver aqui.

São questões como essas que devem ser enfrentadas pelo 10º Encontro. E é neste sentido que deverá trabalhar a nova direção eleita. □

João Machado é economista e secretário de formação política da Executiva Nacional do PT.



CUBA, 1960



ZAPATA ENTRA NA CIDADE DO MÉXICO EM 1914.

É possível maioria sem política?

FÁBIO PEREIRA

Depois de um longo período em que esteve na defensiva na disputa interna do PT, a "Articulação Unidade na Luta" tem demonstrado enorme disposição para o debate. Busca retomar a iniciativa política e tornar-se novamente a corrente majoritária no partido. Realizou uma série de reuniões, seminários e debates visando a formular e apresentar ao conjunto do PT suas posições para os Encontros partidários.

O resultado, ainda que parcial, desse esforço está expresso no caderno de textos **O futuro do PT**, no manifesto intitulado **Renovar o PT para mudar o Brasil** e em outros documentos que têm circulado como "contribuições ao debate" individuais ou coletivas de membros de "Unidade na Luta". São estes textos que usamos como base para analisar as principais propostas que essa corrente deve apresentar ao 10º Encontro Nacional do PT.

A "Unidade na Luta" se assume como continuidade da antiga Articulação, oriunda do Manifesto dos 113. Identifica-se como a corrente que definiu os rumos do partido desde sua fundação até pelo menos a eleição de 1989. Identifica a crise do PT com sua própria crise, mas se abstém de analisar as razões dessa crise. Abstém-se também de qualquer esboço, por menor que seja, de autocrítica. Os problemas levantados, reconhecidos por quase todos os petistas, como a crescente institucionalização da atuação do partido, o distanciamento da direção em relação à base, as debilidades da imprensa partidária, ou não tem origem conhecida ou começaram ou se agravaram nos dois últimos anos, coincidentemente quando a Articulação deixou de ser maioria na Direção Nacional e em alguns dos mais importantes Diretórios Estaduais do país. Do ponto de vista político, a avaliação fica convenientemente distante de um balanço da campanha eleitoral de 1994 e, principalmente, do que foi a atuação do partido no período que precedeu ao 8º Encontro Nacional. As vacilações frente ao governo Itamar, o namoro com o PSDB durante mais de dois anos, a tentativa de revisão constitucional, são todos fatos ignorados. Ou seja, para a "Unidade na Luta" a crise do PT começou com a vitória da Opção de Esquerda no 8º Encontro Nacional.

A burocracia e as tendências

Um dos centros do discurso pré-Encontros da Unidade na Luta é o combate à burocracia. Os dirigentes e militantes profissionalizados e os funcionários do partido são apresentados, explícita ou implicitamente, como um dos problemas graves da organização atual do PT. São citados também como exemplo de burocracia partidária os funcionários de gabinetes parlamentares e de administrações petistas.

Aparece também com peso a crítica às tendências. Estas seriam as grandes responsáveis pela dificuldade de ação unificada do partido, pela incapacidade de se levar à prática as decisões adotadas pelas instâncias de direção e pelo fechamento do partido em discussões internistas que nos afastam da sociedade e da maioria dos filiados.

Poderia se esperar que, com tal avaliação, a "Unidade na Luta" se propusesse a apresentar aos próximos Encontros do partido um conjunto de propostas para alterar radicalmente essa situação. Propor, por exemplo, ampliar o espaço de participação da base no partido, aumentar o controle das bases sobre as direções eleitas e sobre os mandatos parlamentares que conquistamos. Mas não é nessa direção que vão as propostas. A grande alternativa apresentada é, por incrível que pareça, formar uma nova maioria tendo como eixo político a necessidade de dar governabilidade ao partido. Para a "Unidade na Luta" a grande crise do PT é uma crise de governabilidade. Trata-se, para resolvê-la, de costurar um acordo suficientemente amplo para uma nova direção.

Além disso, as propostas apresentadas vão em direção contrária ao anunciado esforço de transformar o PT em espaço de participação de centenas de milhares de filiados hoje

mais ou menos distantes das ações cotidianas do partido.

Participação ou manipulação

A principal proposta é a eleição das direções nacional e estadual em votação direta dos filiados. Segundo seus autores, a forma atual de eleição nos Encontros valorizaria a organização em tendências em detrimento da manifestação individual dos filiados. Mas o que parece não ser compreendido é que essa proposta transformaria os encontros partidários de base em mera disputa entre chapas e/ou personalidades que estivessem se candidatando a postos na direção. Ou o debate político realizado hoje nos Encontros Estaduais e no Encontro Nacional não tem nenhum papel na eleição das direções? As centenas de milhares de filiados ao PT têm condições práticas de conhecer razoavelmente as dezenas de membros que compõem o Diretório Nacional? Ou vão predominar as desigualdades de acesso à mídia e as desigualdades de condição econômica?

Surge também a idéia de que o PT estaria se transformando em um partido de quadros, pelo fato de que passam a ter muito peso no partido os funcionários partidários, de gabinetes parlamentares e de cargos de confiança em administrações petistas. Embora correta a crítica, especialmente em relação aos funcionários parlamentares e de prefeituras, as propostas para combater essa situação tampouco aparecem.



PARIZOTTI / ARQUIVO DN/PT

E a política?

O principal problema do discurso da "Unidade na Luta" é a ausência de propostas políticas para que o PT enfrente o novo período que, de acordo com sua própria avaliação, se abriu no país com a vitória de FHC. Sobre o grande debate político do partido no momento os textos simplesmente silenciam. Para quem se propõe a construir *uma nova direção e uma nova maioria capazes de dar governabilidade ao PT*, como afirma seu manifesto, seria de se esperar que a primeira preocupação fosse em torno de qual orientação política se pode fazer isso. Mas, para a "Unidade na Luta", isso parece ser um problema para depois da eleição da direção. Quais são as linhas gerais da tática do PT na resistência às propostas de emendas neoliberais de FHC? Que conteúdo devemos dar às nossas propostas alternativas? Quais são os aliados que devemos buscar, seja no plano partidário seja na sociedade? Estas são perguntas aparentemente pouco importantes para os companheiros da "Unidade na Luta". Sua preocupação quase exclusiva é retomar a antiga condição de maioria. Qualquer movimento em direção à clareza de posições dificulta sua própria unidade. Aos moldes da antiga Articulação, sua preocupação com a governabilidade está acima (ou abaixo) da política. Esse discurso pode até ser suficiente para formar novas maiorias. Mas está longe de ser capaz de superar os problemas de direção partidária, que apenas muito secundariamente são problemas de governabilidade. Sem política clara, a governabilidade se traduz apenas em acordos de aparelho. □

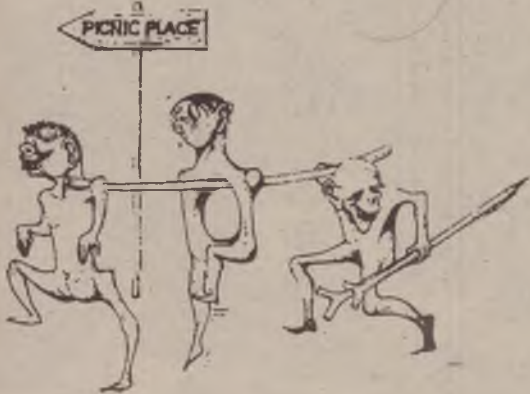
A Articulação Unidade na Luta quer reconquistar a maioria na direção do PT, mas não tem unidade política para definir uma orientação mais clara para o partido.

Fábio Pereira é secretário de organização do DR do PT de São Paulo.

Desde o início dos anos 80, as análises das conjunturas internacionais vinham diagnosticando um crescente deslocamento da *correlação de forças* em favor dos países imperialistas e do grande capital. Redução do poder dos sindicatos e aumento do desemprego estrutural nos países centrais, crise e impasse dos processos revolucionários na América Central, ataques concentrados a direitos e conquistas históricas materializadas no Estado do Bem-Estar Social: eis alguns dos principais sinais desta alteração na correlação de forças. O desmembramento dos regimes do Leste Europeu e sua crescente integração ao mercado mundial (este também é o caso da China, embora por um processo com características estruturais diversas) reafirmaram e, ao mesmo tempo, marcaram um salto de qualidade neste processo.

Hoje, mais do que uma alteração da correlação de forças a favor do grande capital, é preciso falar em uma *hegemonia liberal*. Há várias razões para utilizar esta caracterização.

Em primeiro lugar, a necessidade de captar uma situação em que as idéias e as propostas liberais organizam o debate coletivo, impõem perspectivas, fecham o imaginário coletivo às alternativas estratégicas que não incorporam fortemente uma dimensão mercantil. Não se trata de aderir ao



triumfalismo da ordem, cerrar os olhos às enormes tensões e problemáticas que marcam o cenário dinâmico do capitalismo atual. Mas de perceber que, ao contrário de outros períodos históricos, tanto estas tensões no interior do capitalismo como os movimentos de resistência não desembocam em respostas anti-capitalistas com apelos de massa.

Em segundo lugar, é preciso qualificar historicamente um período que parece estender suas sombras mais além de um episódio ou de uma conjuntura. Pois a hegemonia liberal hoje tão marcante parece resumir e concluir uma época histórica caracterizada pela dominância do estalinismo e da social-democracia como correntes majoritárias entre o movimento político dos trabalhadores a nível internacional. A hegemonia liberal parece ser a contra-face das derrotas e impasses históricos do estalinismo e da social-democracia. Mais além disso, parece indicar que coube à tradição liberal, mais do que às alternativas revolucionárias que buscaram se gerar nas últimas décadas, colher os frutos destas derrotas.

Em terceiro lugar, o termo hegemonia liberal dá conta da dimensão mais profunda da atual situação mundial do que falar de um simples domínio ideológico do liberalismo. Pois não se trata de um fenômeno que se passa apenas no plano da cultura e das idéias políticas: é um fato histórico orgânico que entrelaça infra e superestrutura, que é objetivo e subjetivo ao mesmo tempo. Mais concretamente: a expansão das idéias liberais é contemporânea de um período assinalado talvez pela máxima supremacia do mercado e suas duras realidades desde o surgimento do capitalismo. É este caráter inteiro da hegemonia liberal que produz

uma dimensão de angústia aos que, como nós, continuamos a pensar e a lutar (e não apenas a sonhar) com alternativas socialistas.

As correntes revolucionárias que se construíram em oposição ao estalinismo e à social-democracia experimentaram já em diversas fases históricas do século XX situações de profundo isolamento. Mas esta é decerto uma condição nova, pois há um mecanismo perverso de comunicação entre a crise do socialismo e a hegemonia liberal.

O que é o liberalismo?

Se o que foi argumentado antes poderia dar conta, mesmo que sumariamente, das razões pelas quais usamos o termo *hegemonia*, resta definir o segundo termo da equação. O que é o *liberalismo*? A que precisamente nos referimos quando falamos da hegemonia liberal?

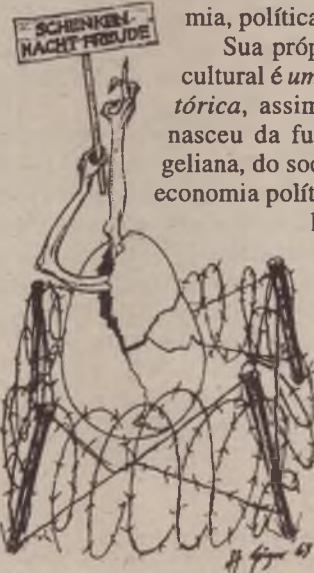
Esta é, sem dúvida, uma tarefa bem mais difícil. São raros os marxistas que estudaram desde dentro a tradição liberal, analisando sua origem, evolução, concepções, campos de força e impasses. Em geral, nós, marxistas, contentamos-nos até agora, com a crítica externa dos pressupostos do liberalismo. Isto é hoje claramente insuficiente.

Além disso, o liberalismo é uma tradição antiga: suas primeiras sistematizações datam da segunda metade do século XVII e do século XVIII. Como *visão de mundo orgânica ao capitalismo*, ele sofreu várias mutações adaptativas nas diferentes fases de desenvolvimento do sistema. É possível identificar inclusive tradições específicas do liberalismo segundo o país de origem e de sua maturação. E, sem dúvida, uma tradição de um extremo pluralismo: não seria artificial identificar correntes de “esquerda”, de “centro” e de “direita”, autores mais ou menos sensíveis aos desafios democráticos, mais ou menos dispostos a relativizar as dinâmicas mercantis anti-sociais, que aceitam em maior ou menor grau a regulação do Estado sobre a economia. Além disso, em várias situações históricas, liberais se declaram ecleticamente à direita ou à esquerda, quase derivando para a margem do fascismo ou do próprio socialismo.

No entanto, apesar disso tudo, pensamos ser possível falar de *uma tradição histórica do liberalismo*. Será necessário, para isso, demonstrar que há um *núcleo duro* no interior desta tradição que lhe dá continuidade histórica e coerência apesar de suas frequentes mutações e de sua plasticidade. Aliás, é próprio de um pensamento hegemônico ter esta dupla dimensão: um núcleo inexpugnável e um corpo expansivo maleável e dinâmico.

O liberalismo é decerto uma filosofia, no sentido que Gramsci emprestava a este termo, isto é, um pensamento que envolve o arco de toda uma época e que, por si mesmo, é capaz de ser um princípio de organização de toda uma civilização. O liberalismo é, ao mesmo tempo, e de forma articulada, uma concepção da economia, política, história e ética.

Sua própria origem no plano cultural é *uma grande síntese histórica*, assim como o marxismo nasceu da fusão da dialética hegeliana, do socialismo utópico e da economia política inglesa. O liberalismo, em sua filosofia original, é uma síntese do *racionalismo* (a razão e não a fé como meio de conhecimento e guia da conduta), do *naturalismo* (o homem como uma realidade inscrita no “estado de natureza” e não me-



Liberalismo e

canicamente em uma ordem divina) e do *individualismo* (crítica da concepção organicista da sociedade própria da visão medieval católica).

Esta grande síntese cultural serviu a movimentos políticos dos quais foram expressões particulares e diferenciadas a revolução inglesa de 1640, o movimento de independência dos EUA vitorioso em 1776 e a revolução francesa de 1789. São as chamadas revoluções burguesas, menos no sentido de atribuir as camadas burguesas nascentes diretamente a direção destes movimentos e mais no sentido de que elas criaram as condições para o florescimento do capitalismo.

O que dá coerência e hierarquiza esta nova visão de mundo são os temas da propriedade privada, do mercado e da acumulação capitalista. Em seu livro clássico, *A teoria do individualismo possessivo*, o estudioso marxista C. B. Macpherson demonstrou como a generalização genial de realidades mercantis já latentes na sociedade inglesa do século XVII inspirou o modelo de Hobbes do “homem como lobo do homem” e como o desejo de acumulação, ligado à própria noção de prazer e de felicidade, organiza os “direitos naturais” no pai do liberalismo inglês, John Locke.

No liberalismo clássico, esta noção do *direito de propriedade* estrutura a alternativa ao Estado absolutista através de um parlamento eleito e composto apenas por proprietários. Contribui para dinamizar o processo de destruição das propriedades comunais tradicionais camponesas, alimentando a expansão do mercado. E estrutura a prática cultural e sentido de vida, com o chamado “individualismo possessivo” (estudado em sua dimensão religiosa em *O espírito protestante e a ética do capitalismo*, de Max Weber).

Rumo à democracia liberal

É importante compreender esta *tensão interna* ao campo da tradição liberal. De um lado, uma componente emancipadora, historicamente contextualizada, contra os poderes do Estado absolutista (afirmando a autonomia de uma esfera de direitos civis), contra o desigualitarismo contratual da ordem feudal (em nome de uma igualdade natural dos homens), contra o obscurantismo teológico (em prol de uma razão esclarecedora e transformadora do mundo, separando o poder religioso do poder civil). De outro, o núcleo duro mercantil hierarquiza o campo de idéias liberais e projeta expansivamente a *desigualdade*, subordinando os direitos civis à propriedade, afirmando o contrato de “livre” troca entre desiguais.

Esta tensão do liberalismo original irá se de-



neoliberalismo

envolver a partir da segunda metade do século XIX, sob a *pressão dos desafios da democracia e do socialismo*, em meio a duas guerras mundiais e a grande crise capitalista de 1930. Este desenvolvimento encontrou um ponto de equilíbrio no que se convencionou chamar de “democracia liberal”.

As duas faces, que chamamos de a tensão constitutiva do liberalismo, reagirão ao *desafio democrático* em duas direções opostas. De um lado, aqueles autores liberais que aceitam a tese do sufrágio universal (relativizado, implantado processualmente) como fonte de educação do cidadão e de seu compromisso com a ordem. O pensador inglês John Stuart Mill, da metade do século XIX, é certamente o autor mais avançado e representativo desta corrente (está entre os precursores da defesa da extensão do direito de voto às mulheres). Como se sabe a introdução do sufrágio universal foi extremamente lenta: na pátria do liberalismo, a Inglaterra, as mulheres obtiveram o direito de voto apenas em 1928.

De outro lado, a corrente liberal da escola da “teoria das elites” vai exatamente no sentido oposto: o de fundamentar a incapacidade estrutural do auto-governo das massas, a ilusão dos anseios democráticos, o

incontornável domínio das minorias que se revezam no poder. Os representantes mais expressivos desta corrente seriam Pareto, Mosca e Michels, que viri-

am, em boa medida, a desaguar no leito do fascismo.

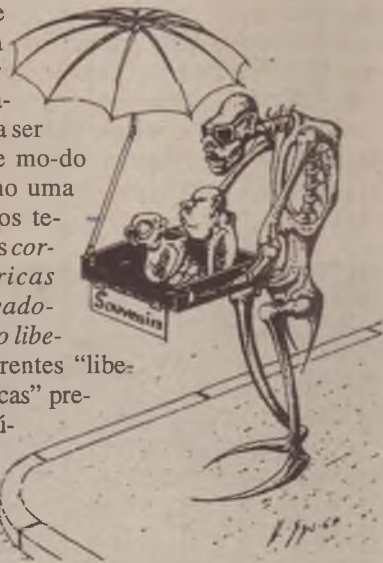
Frente ao *desafio do socialismo*, do movimento autônomo e organizado dos trabalhadores, a tradição liberal exibiu também uma dupla face. De um lado, principalmente na Inglaterra desde a primeira década do século atual e nos outros países após a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão, uma corrente de liberais começou a teorizar a aceitação da intervenção do Estado como forma de diminuir o impacto dos efeitos anti-sociais do mercado.

De outro lado, tendo como base a chamada “escola austríaca” (Von Mises, Hayek), uma corrente liberal profundamente economicista e conservadora que radicalizou a defesa do não intervencionismo estatal, combatendo com igual furor tanto a noção de planificação socialista como a regulação social-democrata da economia.

A vitória do regime das democracias liberais, primeiro nos EUA e na Inglaterra, e depois da Segunda Guerra Mundial de forma mais estável na maioria dos países da Europa ocidental, marcou a predominância das teses liberais mais progressistas, sintetizadas na tradição organizada em torno das propostas de Keynes. Esta conheceu seu auge no período extremamente expansivo do capitalismo que vai do pós-1945 a 1970. Apesar de aceitar o sufrágio universal, o distributivismo para além da ótica mercantil estrita, a necessidade da intervenção anti-cíclica do Estado na economia, não questionou o que chamamos de núcleo duro da tradição liberal: a organização da produção pelo capital, que conservava intactos os seus direitos de propriedade e acumulação.

Surgimento do neoliberalismo

O que se convencionava hoje chamar de “neoliberalismo” poderia ser qualificado de modo rigoroso como uma atualização dos temas e teses das *correntes históricas mais conservadoras da tradição liberal*. Se as correntes “liberais-democráticas” preservavam o núcleo duro da tradição histórica do liberalismo -



o capital e seu *ethos* mercantil - as correntes neoliberais exacerbam este núcleo através de uma leitura economicista do mundo. Os neoliberais podem ser legitimamente chamados de a “ala direita” da tradição liberal.

Assistimos, portanto, desde finais da década de setenta, a um duplo deslocamento à direita: de um lado, a consolidação da hegemonia liberal frente ao colapso do estalinismo e às derrotas da social-democracia; de outro, a influência cada vez mais decisiva das correntes chamadas neoliberais no campo da tradição liberal.

O chamado neoliberalismo não produziu um corpo doutrinário estruturado à parte ou diferenciado da tradição liberal. É antes um conjunto de



orientações de governo e de pregação sistemática de valores centralizados pelo tema do “Estado mínimo”. Inicialmente, ele se organizou em torno de uma pauta de caráter mais negativo e crítico. Tratava-se de atacar o caráter unilateral do keynesianismo (a “economia da oferta”), o distributivismo do Estado do Bem-Estar Social (a denúncia da crise fiscal), o gigantismo estatal (burocrático e ineficiente), os “excessos” da democracia (denúncia de uma inflação de demandas insaciáveis sobre o Estado).

Em um segundo momento, o neoliberalismo ganhou um sentido mais propositivo em torno a alguns temas-chaves como a privatização, desregulamentação, diminuição dos impostos e encargos sociais, internacionalização e propostas de autonomização dos governos em relação aos controles democráticos.

É exatamente por ser parte de uma tradição tão pluralista e antiga como a liberal, que o neoliberalismo exibe a sua força. E talvez este seja o maior desafio posto para os socialistas hoje: compreender que sob a ponta agressiva da agenda neoliberal está a couraça forte da hegemonia liberal. □

Juarez Guimarães é secretário geral do PT de Belo Horizonte.

Figuras citadas

Thomas Hobbes (1588-1679). Filósofo materialista inglês, é o autor de *Leviatã* (1651), onde sustenta a necessidade do Estado como expressão de um pacto social entre os indivíduos, que no estado de natureza se impõem pela força. Agora, cada um renuncia à sua liberdade em favor do soberano absoluto.

John Locke (1632-1704). Filósofo empirista inglês, defendeu, contra o racionalismo de Descartes, que a experiência é a fonte de todas as idéias. Na política, refuta o direito divino e o absolutismo, declarando que o poder só é legítimo quando emana da vontade popular. A soberania pertence ao povo, que a delega a uma assembleia ou a um monarca. É o autor dos dois *Tratados sobre o governo* (em 1689 e 1690).

John Stuart Mill (1806-1873). Filósofo e economista inglês preocupado com a reforma social,

autor de *Princípios de economia política* (1848) e *Utilitarismo* (1863), foi um dos principais expoentes do liberalismo democrático no século XIX.

Max Weber (1864-1920). Filósofo e sociólogo alemão. Um dos principais formuladores do pensamento social contemporâneo, concebe o desenvolvimento histórico dos últimos séculos como um processo de racionalização e desencantamento do mundo, cada vez mais burocratizado.

Vilfredo Pareto, autor de *“Sistemas sociais”* (1902) e do *“Tratado de sociologia geral”* (1916), **Gaetano Mosca**, autor de *“Elementos de ciência política”* (1896), e **Robert Michels**, autor de *“A sociologia do partido político moderno”* (1910), são os expoentes da formulação de um teoria política que afirma a inevitabilidade do controle do poder por uma pequena minoria.

Ludwig Von Mises e **Friedrich Hayek**, este au-

tor de *O caminho da servidão* (1944), são os expoentes da chamada “escola austríaca”, que tem uma trajetória distinta da chamada “escola de Chicago”. Ambos defendem, contra os keynesianos, que qualquer limitação aos mecanismos do mercado por parte do Estado é uma ameaça não só à liberdade econômica mas também à liberdade política.

John Maynard Keynes (1883-1946). Economista inglês, autor de *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, a mais influente obra de economia do século XX. Para ele, o mercado não é auto-regulado, as crises recorrentes de superprodução geram um desemprego estrutural e ameaçam o capitalismo. A intervenção do Estado, comprando bens, atenua o caráter cíclico da economia capitalista, possibilita um crescimento sustentado e o pleno emprego. □

Um desemprego para toda a vida

FRANCISCO LOUÇÃ

O nível de desemprego estrutural hoje na Europa é superior ao da crise de 1929. E não há perspectivas dele diminuir.

O mundo ocidental cresceu lentamente entre os anos 500 e 1500, cerca de 0,1% ao ano em média. Em outras palavras, durante mil anos o produto da Europa se multiplicou por dois e meio ou três. O mesmo resultado comparativo foi obtido em apenas vinte anos entre 1950 e 1970, e partindo de uma base material muito superior. Foi esse crescimento impressionante, que nunca tinha sido conhecido na história da humanidade, que sustentou a legitimação dos sistemas capitalistas nos países ocidentais, que deu emprego a toda gente e financiou o aumento do Estado, do ensino público, de seguridade social. Duas décadas depois, temos 50 milhões de pessoas abaixo do nível de pobreza na Europa Comunitária e quase vinte milhões de desempregados estruturais.

O que tornou possível inicialmente este movimento de aceleração foi o acréscimo permanente de produtividade introduzido pelas inovações tecnológicas e permitido pela estabilidade das relações de trabalho e da dominação estatal: o pacto social fundador do capitalismo foi elemento central da dinâmica da modernidade. O artigo que segue trata de um dos aspectos desse pacto, o primeiro pilar que está sendo consumido pelo seu próprio desenvolvimento, o sistema de emprego.

Desemprego estrutural

O desemprego instalou-se de forma duradoura. Se comparamos a situação atual com a crise anterior à II Guerra Mundial, verificamos a gravidade da nova estrutura do desemprego. Começamos pelos países europeus: na Alemanha havia em 1933 menos de 15% de desempregados, agora já se ultrapassou os 10%, depois de um longo período que o desemprego quase desapareceu (a média anual de 1956-1967 é de 1,2%). Em França, que foi menos afetada pela crise dos anos trinta, o desemprego agora é três vezes superior (em

percentagem da população ativa) ao de 1933. Outros países conhecem o mesmo tipo de evolução: o desemprego médio era em Espanha de 2,3% entre 1956 e 1867, é agora de 24%; no Reino Unido está atingindo novamente o nível de 1933.

Os números não permitem, portanto, outra conclusão: este desemprego não é cíclico, não está ligado às conjunturas curtas que fazem suceder uma expansão dos negócios a um período de retração. É evidentemente uma nova estrutura permanente das relações de produção, e corresponde a processos pesados de deslocalização das atividades industriais, de mudanças nos setores mais dinâmicos da economia e de reconversão tecnológica. Numa palavra, é um desemprego por toda a vida.

As previsões oficiais para os Estados Unidos até o ano 2005 são um exemplo desta nova estrutura. Em termos percentuais, as profissões que devem ter um crescimento mais importante são os técnicos menos qualificados de saúde, depois os analistas de sistemas e de computadores, depois os programadores. Seguem-se-lhes na lista os professores, médicos, profissionais de segurança - tudo compreensível, trata-se de um aumento dos serviços informáticos e dos sociais. Mas se analisarmos os mesmos dados do ponto de vista das variações absolutas, verifica-se que os maiores aumentos de emprego são naturalmente nas profissões onde já está concentrado um grande número de assalariados, e que variam ligeiramente do ponto de vista percentual mas significativamente do ponto de vista absoluto: os vendedores, as enfermeiras, os empregados de balcão, os empregados do terciário e os motoristas são as cinco profissões onde se pode gerar mais empregos até 2005. A sexta profissão já pode surpreender: trata-se dos "administradores de cúpula", onde se prevê um aumento de 3 milhões para 3,6 milhões, empataados com o total do aumento previsto para todos os técnicos de informática, sistemas e comunicações. Fica-se portanto com a idéia de que a evolução prevista para o emprego descreve uma sociedade onde se produz com cada vez menos trabalho direto, e onde vão aumentar os empregos em atividades sociais de apoio.

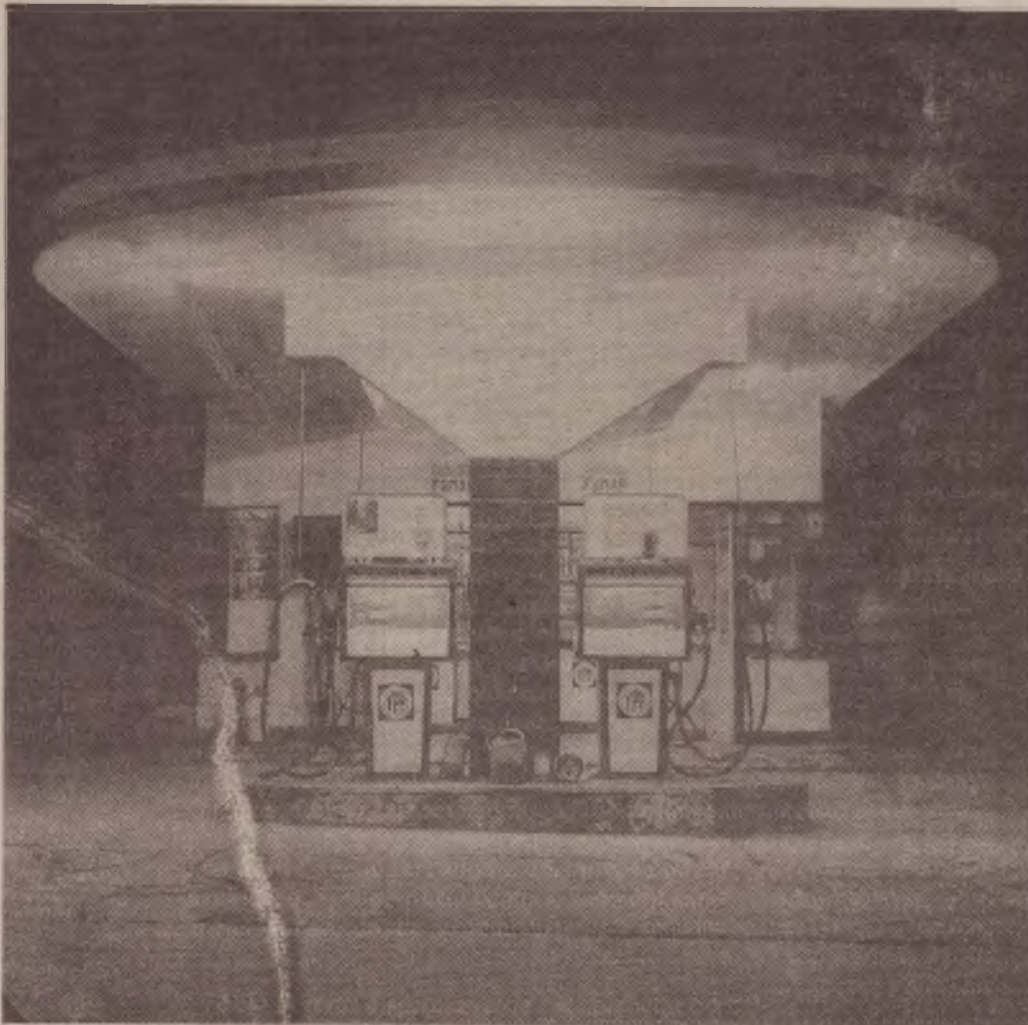
Esta impressão, no entanto, pode também ser uma ilusão da estatística. Porque a contabilização das profissões e dos empregos dependem muito dos conceitos que são utilizados e das formas de contar. Estas podem ser manipuladas e estão sempre dependentes das classificações (existem atualmente nos países mais desenvolvidos mais trabalhadores no setor da informática e comunicações do que na produção de automóveis, que foi durante muitos anos a principal indústria, mais a estatística dispersa estes setores em classificações variadas e não demonstra a sua importância).

Crescimento sem empregos

A economia ortodoxa e tradicional argumentou desde sempre que o emprego é criado pelo crescimento. A social-democracia europeia fazia dessa relação uma profissão de fé: o pacto entre trabalhadores e patrões, salvaguardando os lucros, está garante o emprego para todos. Mais recentemente, o Relatório Cecchini, que preparou a entrada em funcionamento do Mercado Único europeu em 1993, argumentava que a eliminação das barreiras alfandegárias e conseqüente aumento do comércio estimularia a produção e portanto implicaria o acréscimo de alguns milhões de novos empregos. Agora já sabe que isto não é verdade: houve aumento do comércio e houve crescimento, mas o desemprego também aumentou.

Não há portanto uma revelação direta entre crescimento e emprego. Aliás, basta de novo olhar para as estatísticas para o compreender. Entre 1970 e 1992, duas grandes regiões do mundo que cresceram aproximadamente na mesma percentagem, os Estados Unidos e a Europa comunitária, conheceram um aumento do produto de 72 e 73%, mas nos Estados Unidos o nível do emprego aumentou 45% enquanto que na Europa só cresceu 7%. Já na década de oitenta as duas regiões cresceram cerca de 30%, mas nos Estados Unidos o nível de emprego aumenta 18% e na Europa aumenta menos de um terço.

Os empregos que vêm sendo criados são, em sua imensa maioria, em atividades sociais de apoio.



OSCAR PINTOR

E se virmos os mesmos dados país por país, a heterogeneidade de comportamentos chega ser surpreendente: a Espanha no mesmo período de 1970-1992 cresceu ainda mais (93%) mas o emprego total diminuiu (2%); a Suécia cresceu menos (42%) mas o emprego aumentou bastante (16%). O que é que provoca estas diferenças, que fazem com que o mesmo nível de crescimento possa tanto provocar emprego como desemprego, segundo os países?

A resposta acaba por ser bastante óbvia. Se tomamos um período mais breve, fica mais evidente: entre 1978 e 1992 três países europeus cresceram exatamente a mesma média (2,3% ao ano): no entanto, têm níveis médio de desemprego completamente diferentes, que vão dos 3% (Áustria) aos 6% (Alemanha) e aos 16% (Espanha). A Noruega, que cresceu mais (2,9%) teve durante o período uma média de desemprego de 3%; o Japão, que cresceu ainda mais (4,1%) ficou com 2% de média de desemprego. A razão da diferença é a tradição de organização social e das estruturas das relações de trabalho: o que faz com que o mesmo nível de crescimento seja acompanhado por um desemprego que varia na razão de 1 para 5 pode ser resumido num conceito, a *coordenação social*.

O mecanismo é evidente diferente nos diversos países, porque o nível e a forma de coordenação social é muito distinta: assim como nos países do Norte da Europa a criação de emprego foi assegurada pelos níveis de rentabilidade e de investimento privados e pela ampliação das funções do Estado Providência, no Japão a criação de emprego era garantida pela intensidade em trabalho de funções asseguradas para toda a vida nas diversas atividades.

Em outras palavras: na Europa do Norte, o Estado criava os empregos quando havia crise, e a coordenação social garantia que os cidadãos aceitavam esta solução financiado-a com aumentos de imposto. No Japão eram mantidos trabalhadores que normalmente seriam dispensados noutros países, e a coordenação social garantia que os cidadãos em geral aceitavam esta solução, financiado-a através do consumo mais caro. De um modo ou de outro, *o emprego fazia portanto parte do contrato social implícito nas relações sociais e na legitimação democrática dos regimes capitalistas desenvolvidos*.

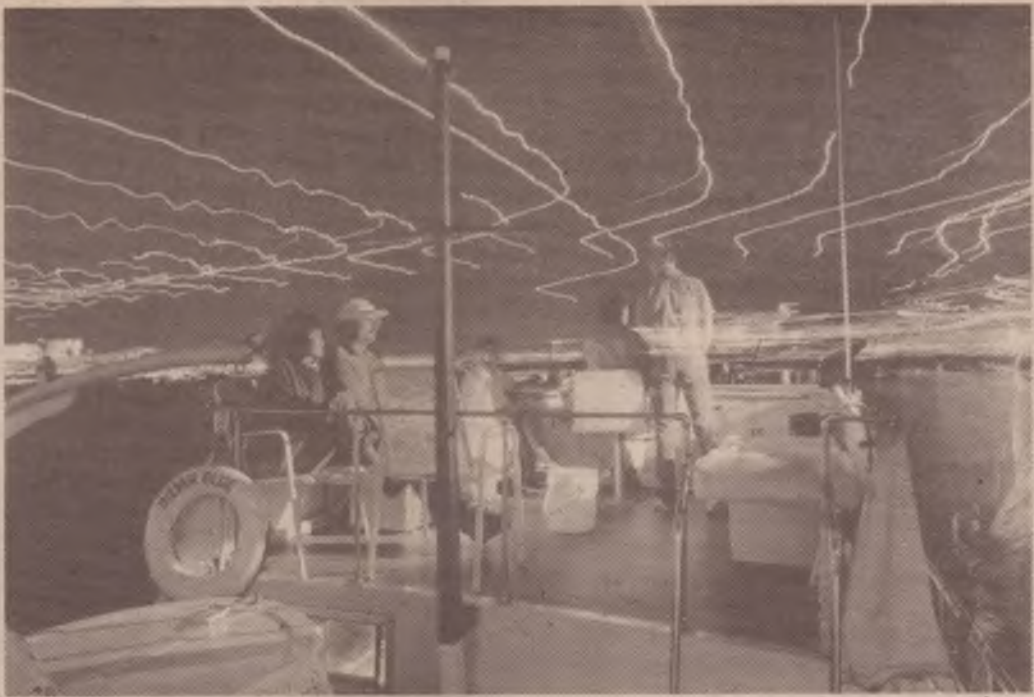
A consequência é evidente e muito importante: *a escolha do nível do emprego é uma decisão política para toda a sociedade* (ou para quem age em nome dela, o Estado) e qualquer nível de emprego é compatível com um grande ou pequeno crescimento, havendo preços diferente a pagar nas duas situações.

Soluções

As soluções decorrem de tudo o que foi dito. Se é verdade que com qualquer ritmo de crescimento se pode conseguir o pleno emprego, então trata-se unicamente de uma decisão política que os liberais mascaram sob a aparência das leis impiedosas do mercado cego e surdo, mas que na realidade é antes de tudo uma escolha. Pode-se escolher não escolher, e o capitalismo primitivo imporá as suas regras - se os movimentos sindicais o permitirem - com um aumento rápido do desemprego e a desresponsabilização do Estado em relação aos novos marginalizados. Se, em contrapartida, se escolher dar empregos aos cidadãos como uma garantia de seus direitos de participação social, então há que se escolher a forma de coordenar e viabilizar a aplicação desta decisão.

A primeira alternativa neste sentido é a *diminuição do horário de trabalho*, para aumentar o número de trabalhadores a cumprir a mesma tarefa. Esta diminuição tem sido uma tendência geral na história da humanidade: em 1890 trabalhava-se nos países capitalistas desenvolvidos uma média de 2800 horas por ano, o que corresponde há um horário semanal de 55 horas e uma única semana de férias por ano. Um século depois, trabalha-se uma média de 100 horas, sendo que nos Estados Unidos essa média baixa para 1600 e na Suécia para 1400: são cerca de 30 horas semanal e seis semanas de férias por ano. Numa palavra: um trabalhador de hoje na Suécia provavelmente trabalha menos de metade do tempo do que o seu colega que viveu há um século.

É claro que esta diminuição do tempo de trabalho não tem sido em geral feita para aumentar o emprego: acontece que os movimentos sindicais assim o impõem como contraponto aos ganhos de produtividade, que tendem a diminuir o emprego e não aumentá-lo. Para que cresça o em-



PHILIPPE SCHULZ RITTERMANN

prego, é preciso das duas uma: ou aceitar uma redução do salário como contrapartida da redução do tempo na fábrica, para que a massa total salarial não se altere, ou conseguir a repercussão dessa modificação na distribuição da renda, isto é, nos lucros. É portanto, e mais uma vez, *uma decisão política que depende sempre da relação de forças*.

Os sindicatos poderiam negociar várias soluções conjugadas: aumentar o tempo de férias para todos como contrapartida dos aumentos de produtividade, ou reduzir a semana para 32 horas em 4 dias (como propões hoje a Confederação Europeia de Sindicatos). Ou financiar pelo Estado a despesa da manutenção de postos de trabalho em regime de reconversão tecnológica, ou aceitar o aumento dos preços dos produtos de consumo para garantir a manutenção do emprego. Ou conceder vantagens fiscais compensando a diminuição dos lucros, para manter o nível do investimento privado. Todas as soluções são políticas e impõem uma tomada de decisão. Isto é, *a democracia deve intervir e dirigir as empresas e o emprego*.

Por outro lado, a diminuição do tempo de trabalho não pode garantir a criação de suficientes empregos para responder simultaneamente aos progressos tecnológicos e a conclusão dos estudos de muitos jovens (2,5% da força de trabalho na Europa, por ano). É preciso, portanto, criar mais novos empregos, e isso deve ser garantido fundamentalmente por um amplo setor da economia que inclua o Estado (em setores como o ensino, a pesquisa, a formação profissional e a saúde) e um setor público (de associação cooperativa de cidadãos com capitais públicos mas auto-geridos, como por exemplo no setor da cultura).

Há duas formas possíveis de financiar esse sistema social, e ambas têm sido propostas em debates: uma é fazê-lo diretamente a partir do orçamento de Estado, estimulando a criação de emprego: outra é isentar este setor de economia pública do pagamento do Imposto sobre Valor Agregado, de modo a baixar seus preços e aumentar a sua competitividade em troca do seu papel na criação de emprego, ou seja, uma intervenção indireta mas que também tem efeitos orçamentários imediatos. É verdade que também desta forma se aumenta o consumo (há mais salários de mais gente) e portanto se estimula a economia, o que é particularmente importante em períodos de crise como o que temos vivido; indiretamente, isso acaba por repor uma parte dos ingressos fiscais perdidos com as medidas apontadas.

Finalmente, e não menos importante, esta reorientação das políticas de emprego permite criar desenvolvimento sem crescimento (nos países capitalistas mais avançados), isto é, aplicar o essencial das energias, criatividade e recursos num desenvolvimento não destruidor da natureza e que recupere a prioridade da qualidade de vida.

Mas para tudo isso precisamos de novos tipos de decisões políticas. □

Francisco Louçã é economista e editor do jornal *Combate* de Lisboa.

O crescimento não produz, por si só, empregos. Sua geração depende das políticas econômicas e sociais adotadas.

A redução do horário de trabalho é importante, mas insuficiente para criar os empregos necessários para absorver o crescimento da população.

Quem ganhou na Contag?

Nos dias 24 a 28 de abril realizou-se o 6º Congresso da Confederação de Trabalhadores da Agricultura (Contag) com a presença de quase 1.600 delegados de todo o país.

90% dos delegados votaram favoravelmente à filiação da entidade à CUT - o que sem dúvida fortalece a posição da Central no cenário político e sindical do país.

O processo de aproximação de setores da direção da Contag à CUT era evidente já desde o congresso anterior - quando dois cutistas passaram a compor a Executiva de nove membros.

No entanto, a discussão que foi desenvolvida no meio dos rurais da CUT apontava para o seguinte questionamento: até que ponto essa aproximação era resultado de um processo de hegemonia cutista ao interior da Contag?

Os setores dirigentes do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT desenvolveram então a estratégia de "filiar a Contag à CUT sob hegemonia cutista", o que pressupunha compor uma chapa que na sua "cabeça" e composição mostrasse claramente a hegemonia da CUT, assim como avançar em definições políticas (democracia sindical, liberdade e autonomia, trabalho de mulheres, enfrentamento com o governo FHC, entre outros temas).

Esta estratégia global não era unânime no meio cutista, nem rural nem urbano, havendo setores que desde um início especulavam com uma composição com "Urbano na cabeça" em troca de uma forte presença cutista na Executiva.

Francisco Urbano é membro da executiva nacional da Contag desde 1968, foi presidente na gestão que findava e se colocava como can-

didato à reeleição. Em 1994 tinha se apresentado como candidato a senador pelo PSDB-RN e desde a Contag têm feito acenos de apoio explícito a FHC.

Até a véspera do dia da votação no Congresso os delegados e a condução política cutistas rejeitavam uma composição encabeçada por Urbano.

A CUT tinha mais da metade do plenário de de-

legados. No entanto, a política oficial da Central já vinha sendo questionada desde tempo atrás entre suas próprias fileiras e o grupo do Urbano tinha recebido sinalização clara disso. Bastou então tensionar até o final para obter da condução cutista no congresso as concessões fundamentais - provocando revolta entre uma parcela significativa dos delegados cutistas, que aliás não foram consultados sobre a reversão da política.

Urbano ficou com a presidência e indicou uma pessoa de sua confiança como tesoureiro; a CUT indicou cinco dos nove membros da Executiva.

A estratégia da CUT ficou a metade do caminho: filiou a Contag mas ainda não conseguiu traduzir seu avanço quantitativo no meio rural numa clara hegemonia, nem na constituição de um bloco político cutista coeso.

Paralelamente, nas instâncias nacionais da CUT tendem a se consolidar propostas de desmonte de qualquer estrutura orgânica cutista no campo, o que levanta mais dúvidas ainda sobre como se fará a construção desta hegemonia e coesão. No próximo *Em Tempo* faremos este debate. □



FRANK GARCIA

Votação sobre a filiação da Contag à CUT

Votos contra	158 (10 %)
Votos a favor	1.405 (90 %)

Votação na chapa única à direção da Contag

Votos na chapa	1.110 (71 %)
Votos brancos e nulos	449 (29 %)

8 março: uma outra origem



ALBERTO DIAS

O artigo de Naumi Vasconcelos, *Quem tem medo do 8 de março*, na edição 279 do *Em Tempo* (pg. 28) provocou reações contraditórias e dúvidas entre algumas leitoras. Enquanto algumas apreciaram bastante o artigo, outras estranharam sua tese central, e se perguntaram se ela não deslegitimava o 8 de março. O artigo divulga os resultados das pesquisas de um livro de Renee Coté, que colocam em xeque a afirmação segundo a qual a data de referência do movimento de mulheres, o 8 de março, teria sua origem na morte de operárias no incêndio de uma indústria textil em Nova Iorque no ano de 1908. Para a autora, a verdadeira origem do Dia Internacional das Mulheres seria o papel protagonista que tiveram as mulheres russas nas manifestações de 8 de março de 1917 (27 de fevereiro segundo o calendário russo), que provocaram a derrubada do czarismo e o início da revolução russa.

A recuperação do processo histórico que conduziu à consagração do 8 de março como dia da mulher é importante e não tem um caráter negativo para as mulheres por dois motivos. Inicialmente, porque ela resgata o que efetivamente aconteceu. A cada ano, em cada panfleto, uma lenda vem sendo contruída. Como quem conta um conto aumenta um ponto, se no início as operárias em gre-

ve tinham sido mortas, agora já se chega, por exemplo, a afirmar que o lilás do movimento tem sua origem no fio que elas teciam ou na roupa que elas vestiam, segundo a versão. Mas o fundamental é que os dados divulgados por Naumi apresenta *uma origem do 8 de março vinculado à lutas vitoriosas*, que marcaram a história do mundo e da qual as mulheres teriam muitos motivos para se orgulhar, e não a uma história de martírio e sacrifício, como na versão que a história vinha consagrando.

O artigo tem um mérito adicional que devemos destacar nesta conjuntura internacional de domínio da ideologia neoliberal, tão adversa às lutas de libertação. Ele mostra que a memória do passado, das lutas, das vitórias e das derrotas, é sempre o resultado de disputa políticas e ideológicas com as forças dominantes na política, na cultura e na mídia. E elas como sempre trataram de apresentar as mulheres como vítimas e sofredoras e não como sujeitos insubmissos, como protagonistas da história. Esta é a face da história que temos que resgatar não apenas para o 8 de março mas para muitos episódios decisivos para a humanidade, se queremos que às mulheres se assumam como donas de seus próprios destinos, individuais e coletivos. □

Nalu Faria

Lucrando com a doença

ITALO CARDOSO E SONIA C. GOMES

O prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, mais uma vez demonstra a forma como enxerga a saúde na cidade. Criou, em 5 de abril, através de decreto, o Plano de Atendimento a Saúde (PAS). Para isso, ignorou o Conselho Municipal de Saúde, profissionais da área, entidades de classe e até mesmo a Câmara Municipal.

O PAS é apresentado a partir de uma justificativa que os serviços de saúde não funcionam porque os funcionários faltam ao trabalho, desperdiçam materiais, atendem mal a população, as instalações são precárias e os profissionais tem baixa remuneração. Define, depois, uma organização do atendimento na forma de "cooperativas" com profissionais da saúde de nível superior e médio. A idéia é que estas cooperativas prestem atendimento a população gerenciando as unidades de saúde, com a responsabilidade de manutenção de prédios e equipamentos. "Eventuais" reformas ficam a cargo da Prefeitura.

Segundo o decreto, a contratação de pessoal de apoio é em regime de CLT, portanto, sem vínculos com o funcionalismo público. As cooperativas não terão fins lucrativos, e só serão atendidas pessoas que se cadastrarem previamente, quando então, receberão uma "carteirinha". Para cada pessoa cadastrada, a Prefeitura pagará R\$10,00 por mês.

Proposta inconstitucional

Um primeiro questionamento ao PAS surge pela forma antidemocrática como foi encaminhado: sequer ouviu os movimentos organizados e o Legislativo. Mas o problema mais grave é o seu conteúdo. *O projeto é inconstitucional*, pois fere frontalmente o princípio da universalidade (as pessoas só serão atendidas, se cadastradas e mediante apresentação da tal "carteirinha").

Embora afirme que o atendimento as emergências estão garantidas, é duvidoso que casos, por exemplo, de acidentes de trânsito, violências, tragédias ou pessoas que transitam temporariamente na cidade serão atendidas, já que não terão, necessariamente, carteirinhas e a cooperativa não será ressarcida pelo atendimento.

A lógica estabelecida obedece a dos convênios privados. Ela ignora o atendimento à problemas como AIDS, prevenção e tratamento de câncer de útero e mama, controle de hipertensão (que atacam principalmente as mulheres negras), sem contar com outros aspectos, como o planejamento familiar.

O Plano é apenas assistencial-curativo, não prevendo a continuidade de programas hoje existentes como os de saúde da mulher, saúde mental, saúde do trabalhador, etc.

Outra questão se refere aos procedimentos legais. Uma vez que o projeto não passou pela Câmara, há de fato uma transferência espúria, sem licitação para as "cooperativas", que passam a operar o que deveria ser responsabilidade da Administração Pública. As "cooperativas" têm caráter privado e podem, inclusive, contratar serviços de grupos de medicina privada para o gerenciamento.

Os módulos teriam as unidades básicas de saúde (postos), pronto-socorro e hospital. Porém, o atendimento a saúde em São Paulo é regionalizado. Como ficariam, nesse caso, as regiões onde não há um hospital municipal?

A proposta é que em cada Administração Regional de Saúde seja implantada uma cooperativa (10 no total), que ofereceria atendimento geral, sem especializações - o Hospital Menino Jesus, por exemplo, localizado no centro da cidade, especializado em pediatria (onde 80% dos pacientes são crianças vindas da periferia, assim como de alguns municípios vizinhos), deixaria de funcionar como hospital geral e atenderiam apenas crianças que moram na região central!

Os interesses que sustentam esta proposta ficam claros quando lembramos que o seu grande mentor é o deputado federal pelo PFL Ayres da Cunha, proprietário da "Blue-Life", um dos mais importantes convênios médicos privados da cidade.

No início de março, a Assembléia Legislativa de São Paulo decretou a ilegalidade do PAS, mediante manutenção do artigo do Código Estadual de Saúde, que dispõe, especificamente, sobre a proibição de qualquer forma de transferência da execução ou gestão de serviço público a entidades privadas. Com a manutenção do texto, o governador Mário Covas foi derrotado, pois havia proposto veto ao artigo, o que facilitaria ainda mais a implantação do PAS.

Os deputados estaduais do PT questionaram, na ocasião, o secretário municipal da saúde, como o sociólogo Getúlio Hanashiro (ex-secretário Municipal de Transporte) pode aprovar o plano de Maluf, pois ele já tinha conhecimento dos termos do Código Estadual, tendo inclusive participado de sua elaboração, quando deputado estadual durante o mandato que cumpriu até o final de 1994 pelo PSDB.

Privatização da saúde

Na verdade a administração malufista almeja ser a referência para uma política nacional, um modelo para a privatização da saúde em todo o país, impedindo a implantação do Sistema Único de Saúde, estabelecido pela Constituição de 1988. A proposta também é coerente com as emendas apresentadas pelo governo de FHC, com o fim da gratuidade da saúde, a nova concepção de empresa, abrindo espaço para empresas estrangeiras atuarem na área de saúde. Ou seja, uma vez implantado em São Paulo, o PAS, como uma epidemia, poderia propagar-se pelo Brasil com o respaldo do governo federal - caso as emendas propostas na questão da saúde pública sejam aprovadas pelo Congresso Nacional.

Vários movimentos e entidades de saúde, mulheres, moradia, os sindicato dos médicos e dos servidores municipais, estão lutando para impedir mais esse desmando de Paulo Maluf. Baseados em argumentos já citados, o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Regional de Medicina tem feito através da imprensa inúmeras denúncias. E a bancada do PT na Câmara Municipal de São Paulo conseguiu liminar junto ao Tribunal de Justiça, sustando a implantação do PAS.

Até a concessão desta liminar, o prefeito tinha implantado uma cooperativa na região oeste da cidade (Lapa, Pirituba), enfrentando a oposição dos movimentos. Nessa região a expectativa da administração era cadastrar duzentas mil pessoas, mas o número de cadastrados não ultrapassou a sessenta mil. Para montar esta cooperativa, o prefeito está desmantelando ainda mais o precário atendimento na cidade. Apenas de um pronto-socorro da periferia da zona sul (Balneário São José), foram transferidos de uma só vez nove médicos.

Na luta contra este desmantelamento proposital da saúde em São Paulo, demos entrada, nesta semana, a um pedido de CPI na Câmara Municipal de São Paulo, para apurar de forma mais concreta e objetiva todas as irregularidades. □

Italo Cardoso é vereador do PT na cidade de São Paulo e Sonia C. Gomes é técnica do SOF

A iniciativa do PAS é coerente com a proposta de FHC de retirar o direito ao atendimento médico gratuito para todos da Constituição.



Com o PAS, Maluf quer criar um modelo para a privatização da saúde em todo o país.

Candomblé, exclusão e luta

JORGE CARNEIRO MACEDO

A cultura e as religiões afro são expressão da luta, resistência e identidade do negro

A visão social de mundo do candomblé integra o sagrado e o profano, convive com a diferença e tem forte caráter ecológico.

Trezentos anos de Palmares e de Zumbi. Um momento importante, que impõe a nós do PT muitas reflexões. Sempre nos empenhamos para que determinados segmentos sociais não sejam tratados de forma preconceituosa e superficial. Mas, sobre determinados temas, a esquerda possui a mesma visão dos opressores, absorvendo a lógica da ideologia dominante, inclusive reproduzindo preconceitos e entendimentos estereotipados.

O objetivo deste texto é contribuir para o debate sobre a exclusão social, em particular para a crítica dos entendimentos que ajudam a marginalizar as populações negras. É desta perspectiva que sustentamos que as religiões de matrizes africanas - candomblé - tem sua contribuição a dar na luta por uma sociedade livre, humana, solidária, justa e ecológica. Elas expressam uma visão de mundo que respeita as diferenças, que se concebe e desenvolve na relação com diferentes.

Luta, cultura e identidade

A vida brasileira está permeada pela cultura negra. Não faltaram tentativas de erradicá-la, mas que fracassaram. O objetivo da ideologia dominante sempre foi minimizar o comportamento afro na população, negando a identidade pessoal e histórica do negro. Embora com a sua cultura perseguida, o negro sobrevive, lutando e resistindo. E lutar e resistir é também cantar e dançar; a resistência para nós tem se dado não somente no campo político, mas sobretudo no cultural. A comunicação não está só na fala ou na escrita; uma bateria de escola de samba também comunica.

As manifestações culturais afro representam formas de resistência e afirmação de identidades com componentes religiosos e significados claros. O candomblé representa nesse aspecto uma forma de luta e resistência elaborada, mantenedora dessa cultura e identidade. A religião foi a resposta encontrada pelo negro no confronto com o padrão branco e europeu.

Temos certeza do caráter libertador das religiões de matrizes africanas, surgidas em resposta a toda repressão que sofremos a longo da história. Por traz de todas as rebeliões e levantes dos negros, sempre

tivemos uma comunidade de terreiro (casa de Candomblé) envolvida na sua elaboração e organização. O aspecto religioso sempre foi um elemento importante e central na preparação dessas revoltas. Em outros momentos históricos vimos essas comunidades abrigando e escondendo militantes de partidos políticos perseguidos pela ditadura Vargas e pelo golpe de 64. Também não foi à toa que muitos sacerdotes ao culto a Xango (Orixá da política entre outros aspectos) e do culto a Egun (Antepassados) foram perseguidos e mortos. Essa história precisa ser contada e não negada.

O Candomblé refere-se ao ser humano em sua totalidade existencial, em que espiritual e material não se dissociam. Nessa cosmovisão de mundo tudo interage e tem ligação, não é uma cosmovisão abstrata que possa ser isolada da vida, do cotidiano do grupo ou do coletivo. Interfere na luta pela cidadania e na busca de um mundo melhor. É ao mesmo tem-

po religião, filosofia, visão de mundo, conhecimento, ciência da natureza, iniciação de ofícios, história, divertimento, recreação e luta. É, na verdade, expressão uma grande confraternização em que sagrado e profano se relacionam, não havendo distinção radical entre eles.

Os terreiros representam espaços de liberdade e luta, um microcosmo que reproduz a continuidade história do negro no Brasil, relacionada com sua essência africana. As comunidades de terreiros são comunidades da África vivas e atuantes no Brasil, sintetizadas e reelaboradas, procurando manter a estrutura Nagô com o culto aos Orixás (Forças da Natureza) e aos Eguns (Ancestrais, os "ancestres", e culto a comunidade), reimplantando aqui os elementos básicos de sua organização simbólica de origem.

Afirmamos o caráter extremamente ecológico e de respeito ao meio ambiente nessa cosmovisão integradora. Como dizia em seus ensinamentos da saudosa Mãe Aninha: "Violência à natureza é violência a Orixá! Não se tira uma folha seca da árvore sem precisão, é o mesmo que matar uma pessoa. Alguém gosta de perder um braço, um olho, um pé? Por que arrancar uma folha e jogar fora? O Candomblé é natureza viva, não há culto ao Orixá sem terra, mato, rio, trovão, raio, mar... Tudo isso tem dono".

Preconceitos no PT

O PT e a esquerda terão que entender, combinar e incorporar no projeto socialista a visão de setores historicamente excluídos, que tem sua contribuição a dar. Não podemos admitir que em nosso partido sejam estabelecidos e reproduzidos comportamentos preconceituosos, procurando distanciar cada vez mais a contribuição que esses setores possam oferecer. Na campanha Lula vivemos posturas claras de preconceitos em relação aos Candomblecistas e Umbandistas. Com muitas dificuldades, realizamos um almoço do Lula com Mães-de-Santo e a comunidade afro-brasileira do Rio de Janeiro, durante a caravana na Baixada Fluminense. Mas para esse evento se concretizar sofremos, enfrentamos toda sorte de preconceitos e visões equivocadas, principalmente por parte dos setores judaico-cristãos do nosso partido. Chegamos a conclusão que os marxistas são extremamente cristãos e não se dão conta disso.

Em São Paulo o comitê dito "de religiosos" excluiu candomblecistas e umbandistas dessa instância na campanha. No Rio tivemos que enfrentar o poder dos evangélicos e católicos para que nosso candidato ouvisse e fosse ouvido pela comunidade afro. Soubemos ir a luta e garantir esse ato que, foi a melhor atividade da caravana na Baixada.

O projeto do nosso partido não pode ser colocado em dúvida ou ser confundido por aqueles que possuem visões dogmáticas, não sabendo conviver com diferentes.

Hoje no Rio de Janeiro temos uma situação em que alguns setores evangélicos (verdadeiras "religiões eletrônicas") estão estabelecendo relações com o narcotráfico e impedindo o funcionamento de algumas comunidades de terreiro com uma bíblia numa mão e uma AR-15 na outra. Impõem a terreiros a proibição ao culto dos Orixás, se autointitulando "Comando Fé em Deus".

Vamos continuar o nosso caminho no PT e na sociedade na busca e na construção de nossa utopia, integrando a relação com diferentes. Esse entendimento devemos aos nossos ancestrais que, com sabedoria e determinação, souberam nos ensinar a manter uma tradição que afirma que a cada dia nos transformamos. Esta é uma das características de Exu - tão injustamente associado ao diabo cristão, inclusive por ter um papel revolucionário, dialético, dinâmico, comunicador, irreverente e de expressão da libido. Exu é um princípio que assegura que é na contradição que a ordem é estabelecida.

Essa luta é nossa, e dos Orixás e dos nosso ancestrais. Que Exu nos ajude sempre. Muito Axé. □

Jorge Carneiro Macedo é ativista do movimento negro do Rio de Janeiro.



CLAUDE LEVI-STRAUSS

O comitê de religiosos da campanha Lula excluiu as religiões afro, demonstrando a presença do preconceito no PT.

17ª Conferência Internacional

LUIZA GRANADO

Acontecerá, no Rio de Janeiro, de 18 a 25 de junho, pela primeira vez na América do Sul, a 17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas, a ILGA (International Lesbian and Gay Association).

A ILGA é uma associação internacional que congrega grupos de gays e lésbicas do mundo todo. Atualmente conta com mais de 470 entidades e movimentos associados. As Conferências da ILGA são sempre muito especiais para toda a comunidade gay e lésbica. Para nós do Brasil, a Conferência do Rio de Janeiro é uma oportunidade rara, pois estaremos não só discutindo nossas questões específicas, com grupos de vários países, como também abrindo a discussão da discriminação e do preconceito a gays, lésbicas e travestis com toda a sociedade, cujos setores mais progressistas deverão nos apoiar. Enfim, um evento que, dada sua importância para nossa visibilidade política, não podemos perder.

O que esperar

A Conferência da ILGA será, para a comunidade, o evento do ano, com muitas atividades programadas tanto a nível político como cultural. Estão sendo esperadas 1200 pessoas para a abertura da conferência e 450 pessoas participando durante o evento.

Já na abertura, teremos Erik Barreto fazendo uma performance de Carmem Miranda. Com presenças internacionais confirmadas como as da Secretária Geral da ILGA Rebeca Sevilla do Perú e do Secretário Geral Hans Hjertekjon da Noruega, bem como a Comissão Internacional de Direitos Humanos de Lésbicas e Gays, representada por Rachel Rosenbloom, Jorge Cortiñas e Julie Dorf.

A abertura da Conferência será domingo, 18 de junho, com o início do Gay Games e a "competição" em 17 modalidades de esporte. A intenção do Gay Games é ser uma gincana, tipo de amistoso entre gays, lésbicas e heterossexuais, ou como se diz atualmente simpatizantes. Em suma, confraternização mais que competição. Para esse evento específico, já há presenças confirmadas do mundo artístico e do político: Lucélia Santos e Letícia Sabatela estão inscritas na maratona e Fernando Gabeira, no ciclismo.

Ainda em atividades culturais, teremos o Concurso Miss Rio de Janeiro, a ser realizado na quadra da Estádio de Sá, e o Concurso Lady OK, tradicional evento de travestis (tem 15 anos). Ou seja, muita coisa para olhar e participar na área cultural sem falar na política.

E já estão confirmados Marta Suplicy, Eduardo Suplicy e Fernando Gabeira. A Marta Suplicy também será a madrinha da Conferência, sendo o padrinho o cantor e compositor Renato Russo.

A pauta da Conferência

Na pauta da 17 ILGA estão temas como: homofobia internalizada, visibilidade lésbica em Pequim (conferência da ONU sobre a década da mulher), trabalhadoras/es do sexo, sexo mais seguro, androginia, homossexualidade e religião (para esse tema específico virá uma lésbica católica e teóloga, Mary Hunt, dos Estados Unidos,) travestis e transexuais, direitos legais dos portadores do HIV, visibilidade e identidade, gays e lésbicas que trabalham com AIDS, assumir-se e enrustir-se no cotidiano (para lésbicas), leis anti-discriminação, lésbicas latinas, AIDS e drogas, prevenção e tratamento de DSTs/AIDS, sexualidade e saúde lésbica, juventude e educação, homo/lesbofobia e legislação, mídia gay e lésbica, contrato de união civil entre gays e entre lésbicas.

Uma das discussões mais esperadas é sobre o contrato de união civil, bandeira defendida pela deputada Marta Suplicy. Ela terá a companhia de uma parlamentar da Suécia que trará a experiência de seu país, onde a união civil entre pessoas do mesmo sexo já é legal há muitos anos. Outro ponto

bastante esperado é sobre a inserção, no artigo 3º, inciso IV da Constituição, da não discriminação por orientação sexual, ou ainda, da possibilidade da criação de uma lei de proteção aos direitos humanos de gays e lésbicas. No caso, seria uma lei ordinária onde se colocaria a não discriminação por orientação sexual, definida como a liberdade de duas pessoas viverem juntas independente do gênero do casal.

A conferência da ILGA vai se realizar no Rio Palace Hotel, em Copacabana, principal centro da vida gay e lésbica no Rio. O valor da inscrição é de R\$ 75,00 não incluindo alimentação, nem alojamento. Mais informações com a própria Comissão Organizadora da XVII Conferência da ILGA, fones (021) 254-6546; 286-8996 ou 265-5747.

O movimento no Brasil

Ainda somos poucos gays e pouquíssimas lésbicas, porém já perfazemos mais de 50 grupos no país, número significativo se se pensar que atravessamos a década de 80 com apenas 3 organizações. Muitos dos atuais grupos são recém-fundados, e as entidades que de fato já têm um trabalho mais constituído somam entre 10 ou 15. De qualquer forma, o movimento está se fortalecendo e em ascensão.

Um outro passo que demos para este fortalecimento foi a fundação, em janeiro, em Curitiba, durante o XIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). A associação nasceu com 31 grupos nos moldes da ILGA: com uma secretária geral e um secretário geral, além de secretarias específicas. A secretária-geral é Míriam Martinho, também coordenadora da Rede Um Outro Olhar, e o secretário-geral, Tony Reis do Grupo Dignidade de Curitiba. Na secretaria da mulher está Vânia Galliciano como secretária e Luiza Granado como secretária adjunta.

Com este evento, esperamos chamar à atenção da sociedade para o preconceito e a discriminação que sofremos, como lésbicas, gays e travestis, discriminação apesar da qual trabalhamos, estudamos, lutamos contra injustiças sociais e atuamos socialmente.

A Conferência da ILGA também poderá ser o início de um intercâmbio, entre grupos brasileiros e latino-americanos, para fortalecimento mútuo, bem como estímulo para que outros existam. Poderá ainda determinar um aumento de articulações que nos capacitem a pressionar governos de países como Chile, Equador e Nicarágua a retirar de suas constituições leis que criminalizam a homossexualidade.

Com a Conferência, tenho esperança de firmarmos um intercâmbio com os setores e pessoas mais progressistas da sociedade e, dessa forma, conseguirmos, pelo menos, diminuir o preconceito. Não podemos nem terminar com o preconceito via decreto nem nos colocarmos como "vítimas da sociedade má". O importante é nos organizarmos e, com nossa visibilidade, mudarmos os costumes e a carga negativa dada à homossexualidade. O que precisamos é que se modifique o olhar. □

Luiza Granado é economista, secretária adjunta da Secretaria da Mulher da ABGLT e coordenadora da Rede de Informação Um Outro Olhar (Fone 284-5610).



PALIJO PILES

A Conferência da ILGA no Rio é uma oportunidade rara para gays e lésbicas do Brasil ganharem visibilidade política e combaterem a discriminação e o preconceito que sofrem.

Um dos objetivos do movimento na América Latina é pressionar governos de países como Chile, Equador e Nicarágua a retirar de suas constituições leis contra a homossexualidade.

As ONGs na América Latina

JAMES PETRAS

O papel das ONGs aumentará no próximo período. E sua dependência das fontes financiadoras cobra seu preço político.

Muitas ONGs reforçam o discurso neoliberal de redução do papel social do Estado.

O presidente Clinton anunciou que um grande percentual da ajuda externa dos Estados Unidos vai ser canalizado para as organizações não-governamentais (ONGs). O FMI e o Banco Mundial também estão, cada vez mais, direcionando ajuda para as organizações não-governamentais. Teremos, assim, uma ampliação e aprofundamento do papel que as ONGs vão jogar no próximo período.

O grande auge de ONGs começa em fins dos anos 70 e atravessa os anos 80. Se olharmos mais para trás, há 30 anos quase não existiam ONGs. As ONGs surgem, em muitos casos, porque o espaço político na América Latina deixa de estar disponível para os movimentos políticos-sociais. Elas desenvolveram, durante as ditaduras no continente, principalmente a partir das igrejas mas em alguns casos também nos meios não-eclésiásticos. Para receber ajuda, vários grupos intelectuais afastados das universidades formaram ONGs nos países do Hemisfério Sul, e receberam dinheiro, discussões, intercâmbios das ONGs do Norte. Um segundo tipo de ONGs orientaram-se para os setores pobres, que sofreram violações de direitos humanos e passaram a organizar vários tipos de ajuda de sobrevivência.

Mas temos que refletir sobre o conteúdo desse projeto. Os intelectuais construíram um discurso neste período centrado na crítica às ditaduras e propondo um discurso democrático. Falam de ditaduras e da violação de direitos humanos, mas deixam de falar do socialismo e do imperialismo. Eis a primeira adaptação.

O papel do financiamento

Nesta época, quase todo mundo que escrevesse um projeto e enviasse para uma entidade financiadora do exterior conseguia dinheiro. Isso tinha uma razão: quem financia as ONGs são governos ou fundações com relações estreitas com os governos. Estas entidades não são governamentais, seus membros não são funcionários do Estado, mas não são autônomos dos governos. E quem recebe estes financiamentos, em muitos casos, colabora com governos, com diferentes ministérios, diferentes agências etc. Assim, não podemos também dizer que as ONGs não são não-governamentais.

As ONGs formulam, então, seus projetos a partir de sua autonomia local, mas é uma autonomia muito relativa. Quando apresentam seus projetos criam laços de dependência. Muitos partidos pequenos no Peru, por exemplo, montaram suas próprias ONGs com projetos deste tipo: o dinheiro chegava ao país e era canalizado para suas atividades partidárias.

as. Isso criou uma desvinculação destes pequenos partidos com seus próprios movimentos, porque já tinham esquemas externos para se sustentarem. Podemos então perguntar: quem ganhava quem?

A relação com o movimento

O enfoque de apoio a projetos é, eu creio, um enfoque muito nefasto porque contrapõe "o projeto" às atividades necessárias e imprescindíveis dos movimentos. Em vez de lutar pela democratização da propriedade da terra, preferem criar uma "escola", ou comprar sementes ou organizar atividades "práticas", esquecendo-se de lutas mais importantes e sobre tudo a organização das comunidades.

Não sou contra este tipo de "coisas práticas". Mas sim contra a contraposição entre isso e a luta geral, a organização. Esse enfoque tem suas consequências: a partir do projeto busca-se recrutar as pessoas mais capazes para estarem no projeto. E onde estão? Nos movimentos. E como os movimentos podem competir por recursos com uma ONG? A grande tentação é meter-se numa ONG, servir a uma pequena clientela e não correr o risco que se tem num movimento: ameaças de morte, perseguições, dificuldades, tensões.

Mas os esquemas externos e os projetos começam a definir também o universo, tendendo a despoliticizar o movimento, já que é o efeito prático imediato que conta, e não a luta. Quando há refluxo do movimento popular, onde as pessoas se mobilizam, lutam e não conseguem vitórias concretas, vem as ONGs e dizem: "você, camponeses, estão lutando há muitos anos e não conseguem nada com a luta de classe". E acrescentam: "nós oferecemos um crédito aqui para montar uma área experimental, uma oficina de costura para 20 mulheres. E o que é que vocês oferecem para esses setores? Falam muito, mas não trazem nada de benefício concretos para eles...". Assim, a falta de combinação entre a luta política ideológica com conquistas práticas que melhoram a vida, abrem o caminho para as ONGs. É o lado débil do movimento.

Debilitamento do Estado

Mas o mais grave é que elas tem uma orientação de não-enfrentamento. É a construção de economias paralelas, subsidiárias, é a ideologia do voluntarismo, da auto-exploração. E que deixa livre para os patrões e latifundiários todo o orçamento estatal. Os pobres devem construir suas casas, trabalhando 20 horas por dia, enquanto o governo continua financiando as grandes construtoras para construir casas de luxo. Perfeito. Eu também, se tivesse uma empresa construtora, daria alguns dólares para as ONGs colocarem os pobres a trabalhar por conta própria, construindo suas casas, enquanto recebia empréstimos multimilionários para financiar escritórios nos centros das grandes cidades. Isso não incomoda. Não exige uma reorientação do Estado. Não exige uma redistribuição de terra e da renda.

Pior ainda - e esta é a razão principal pela qual o FMI e Clinton apoiam as ONGs - é o aspecto de ruptura que isso implica com a figura do Estado do Bem-estar-social.

O Estado continua sendo um grande intervencionista a serviço dos capitalistas, mesmo com o que chamam de neoliberalismo: subvencionando, cobrindo suas dívidas, socializando as perdas, etc. Mas com discurso de supervalorização do mercado. E financiam as ONGs para que assumam uma fração do serviço que deveria ser do Estado, em educação, em saúde, em moradia. Isso de ser do Estado. Mas os discursos de muitas ONGs é o mesmo dos neoliberais. Eles falam da sociedade civil contra o Estado, enquanto as multinacionais falam do mercado contra o Estado. A grande convergência é que ambos debilitam a gestão do Estado como instrumento do povo.

Muitos intelectuais caíram nessa armadilha anti-estatista. É a moda anti-estatista. Todos eles cobram do Estado pensões, aposentadorias, regalias etc... Mas são anti-estatista para os pobres. Na atual situação, eu defen- ■■■■



JAPOS MELCHOR LIMA

Sábado: a crítica do caos

WILLIAM AGUIAR

Sábado, o quarto filme do cineasta Ugo Giorgetti diverte e mostra a realidade das cidades grandes. É através do caos urbano e da sociedade que habita os grandes centros que estão refletidas as contradições e conseqüências de um sistema de exclusão social. Um problema técnico, como uma pane no elevador, por exemplo, revela a neurose e o pânico da classe média quando se encontra diante de desconhecidos. O pânico aumenta se os desconhecidos são visivelmente de uma classe social abaixo. Mais ainda, se um deles for um cadáver, um "podrão".

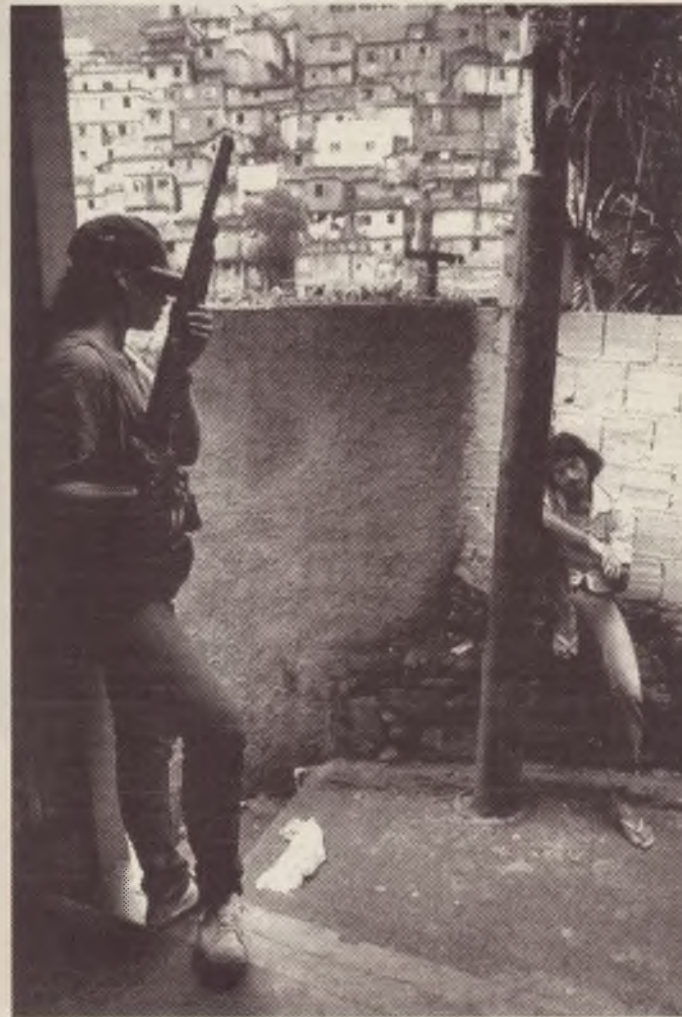
Uma equipe de produção resolve fazer um comercial num edifício antigo no centro de São Paulo que, teoricamente, foi construído para abrigar a alta burguesia. Na verdade, o que interessa para a equipe é apenas um dos elevadores, que será utilizado durante a filmagem. Tudo poderia ser mais simples se o edifício estivesse em bom estado, não fosse habitado e se existisse outra alternativa de subida (o outro elevador ou escadas desobstruídas). Para piorar um pouco mais a situação, um problema técnico pára o único elevador que seria usado pelo moradores, evidenciando, durante a espera, o contraste e a diferença entre os valores da classe média e as preocupações dos desgraçados que habitavam aquela favela vertical.

Mesmo carregado de realismo, *Sábado* traz a cota exata de fantasia. É realista porque mostra a maneira como pessoas esquecem ou criam uma outra realidade a partir do momento que entram em seus apartamentos, o seus mundos. É fantasioso quando permite imaginar um outro universo através da figura de um homem, por exemplo, que melhora a vida dentro do metro quadrado que divide com a mãe e uma infinidade de pássaros, criando uma ração que petrifica as fezes dos bichinhos.

A insistência da classe média, a gentileza burra das

madames, a fome de quem ganha pouco, a fuga através da religião, o *feeling* irritante do diretor do comercial, o "momento do oscar" para um figurante, a cachaça do zelador e todas as preocupações cotidianas resultantes do *stress* e da decadência das cidades são mostradas por um elenco de tirar o fôlego. Tom Zé, Otávio Augusto, André Abujamra, Gianni Ratto e Maria Padilha são um páreo duro num elevador. Décio Pignatari e Jô Soares vivem suas expectativas dentro de seus tempos. Giulia Gam é quem resolve a vida de todo mundo como maquiadora.

Sábado pode ser tudo, inclusive um bom dia para ir ao cinema. Mas é, também, o nome de um bom filme. Tecnicamente é aquilo que se poderia chamar de "enxuto". Nenhum diálogo cortado antes do final da cena, uma boa iluminação e um ótimo cenário. Um trabalho feito com a sensibilidade de quem apenas observa. Mas faz isso com os olhos de quem quer transformar ou apenas mostrar que isso é possível. Aliás, no caos tudo é possível. □



EVANDRO TEIXEIRA

do o Estado. Mas um Estado que está a serviço do povo. Que está sob controle e regulamentação das organizações populares, não o velho Estado que conhecemos, com todas as distorções de clientelismo populista e desvios capitalistas. O discurso do voluntarismo fragiliza o papel do estado. Nos últimos 50 anos o discurso dominante era contra a caridade e favor do Estado ter um orçamento que garantisse serviços sociais para todo o povo. Nós sabemos das distorções, ineficiências e tudo que tem de ruim no Estado, mas o problema é melhorá-lo, e saber que é possível ter Estados de bem-estar-social que funcionam muito bem e melhoram a vida de muita gente. E que conseguiram montar empresas públicas que o mercado não foi capaz de fazer.

Então, temos quatro problemas com as ONGs: a despolitização; a desmobilização; a cooptação de líderes; o debilitamento do único instrumento que resta ao povo para transformar a propriedade, distribuir a renda, e melhorar os serviços sociais, que é o Estado.

As ONGs vinculadas às lutas

Travamos uma dupla luta, porque há um duplo enfrentamento. Recebemos um ataque desde o FMI e das multinacionais, sobre a macroeconomia e a macro-sociedade. E um ataque das ONGs a nível micro, nos bairros, nos sindicatos, nas comunidades etc...

Isso é uma aproximação geral. Conhecemos ONGs que não funcionam desta forma. Que oferecem serviços aos movimentos sociais, que estão envolvidas com a defesa dos direitos humanos, que canalizam denúncias e complementam as atividades dos movimentos sociais, que de uma forma ou de outra estão do nosso lado. Devemos orientá-los politicamente para que não se submetam às agendas, às pautas do Império, sabendo de onde vem o dinheiro, e tendo clareza de

porque estão sendo financiadas.

Os projetos tem que fazer parte da ação político-social e não serem coisas que têm objetivo em si mesmos. As escolas são importantes, para os que se organizam, lutam, como por exemplo para os que estão ocupando terras. Ajuda material, mas para as cooperativas de quem está lutando. Infra-estrutura que ajudem as pessoas a se comunicarem, se mobilizarem e enfrentar o governo. Sistemas de comunicações, sim, mas subordinadas às necessidades de mobilização. E assim por diante. Mas não o oportunismo que procura cooptar as pessoas, que procura as pessoas mais capazes, que têm uma experiência no movimento popular, e lhes oferecem benefícios pessoais, bons salários, casas, para que se alinhem com ONGs.

Anjos e demônios

A última pergunta é, então: é possível salvar algumas ONGs e reorientá-las como uma forma de reserva de recursos? Ou é um perigo onde a fonte determina a orientação? A grande tentação que existe, há que se conhecer, é que ao entrar-se nisso encontra-se aí anjos e demônios. E isso pode representar alguns problemas.

Não sou purista, não tenho nenhum problema em conseguir recursos, quando se sabe como usá-lo e onde usá-lo. Estamos na política e temos sempre que financiar as atividades da esquerda e dos movimentos de luta. Mas devemos sempre colocar as coisas no contexto, sem sermos ingênuos. □

James Petras é sociólogo e autor de numerosos livros. Esta é a edição condensada da transcrição de uma exposição feita para o Movimento dos Sem Terra. Ela não foi revista pelo autor.

Mas temos também ONGs vinculadas a movimentos em luta, que auxiliam a mobilização, denúncia e levantamento de recursos.

19 de abril foi o "dia do Índio". Mas para os povos indígenas, esta data nada tem para ser comemorada. Desde a chegada da civilização branca ao continente americano, os povos indígenas foram submetidos a todo tipo de violência: usurpação de suas terras, escravidão, assassinatos, guerras genocídios e outras agressões que provocaram o extermínio da maioria deles. Estudos mostram que no século XV habitavam o continente cerca de 80 milhões de indígenas das mais variadas culturas. Desse, 70 milhões foram dizimados nos primeiros cem anos de colonização.

História de extermínio

A violência generalizada contra os povos indígenas não teve exceção em cinco séculos. Da América do Norte ao extremo sul da América do Sul, os colonizadores foram unânimes no extermínio físico desses povos, acompanhando a negação do seu modo de vida, suas culturas, línguas e religiões. No México, a população indígena passou de 25 milhões para 1,250 milhões. No Peru, em 50 anos, cerca de 8 milhões de indígenas foram mortos.

No Brasil, o extermínio dos povos indígenas teve e continua tendo proporções incomparáveis. Dos 5 milhões da época do descobrimento, hoje vivem em todo o território brasileiro menos de 300 mil indígenas, cerca de 8 milhões de indígenas foram exterminados.

Nos anos recente, setores populares e democráticos conseguiram alguns avanços para acabar com a barbárie contra os povos indígenas do país. Mas as forças conservadoras no poder, impediram inúmeras ações concretas no sentido de resgatar a cultura indígena e o índio como pessoa de direitos e garantias constitucionais.

Violência e doenças

A omissão dos governantes em cumprir a Constituição, o Estatuto do Índio e outras normas legais contribui para uma crescente violência contra os indígenas de todas regiões. O descaso governamental permitem que as áreas indígenas fiquem abertas às ações de garimpeiros, exploradores de madeira, fazendeiros e até da polícia, com as ameaças de morte e assassinatos. Essa violência está, em geral, ligada aos conflitos fundiários.

Segundo relatório do Conselho Indígena Missionário, em 1993 foram registrados 43 assassinatos, quase 100% a mais que no ano anterior. Isso sem levar em consideração a chacina praticada contra os Yanomani, com 16 mortes, ocorrida na Venezuela, mas cujos autores são brasileiros. Foram 85 tentativas de homicídio, 600 ameaças de morte, 18 prisões legais, 7 estupros, 7.470 casos de escravidão, além de invasões de reservas, roubo de madeira e ouro, abuso de poder por parte de policiais, corrupção e desvio de verbas por parte de autoridades governamentais.

A esse quadro de barbárie, somam-se as doenças, uma das principais causas de mortes nas reservas em todo o Brasil. A tuberculose e a malária vem aumentando consideravelmente em quase todas as áreas indígenas. A epidemia que atingiu o povo Deni, do Amazonas, é apenas um exemplo: nos três últimos anos, 25% da população Deni foi



O dia dos que tem os dias contados

dizimada. Em 1992, um surto de malária e sarampo matou cerca de 80 pessoas e em 1993 ocorreram 124 mortes por doenças, sendo 32 por malária e 21 por cólera.

O governo tem conhecimento de todos esses problemas, mas nada fez para reverter a situação. Nos casos dos homicídios, os assassinos continuam livres, cometendo novas atrocidades. Até hoje os acusados pelo assassinato dos 14 Tikunas, em 28 de março de 1988, não foram a julgamento. Também estão impunes os responsáveis pela chacina dos índios Yanomani, da reserva de Haximu, em Roraima.

Não há medidas práticas para impedir a invasão das reservas e o conseqüente roubo de seus recursos naturais. A não demarcação das terras indígenas contribuiu para a ação dos garimpeiros, fazendeiros, madeireiros e outros exploradores de recursos naturais.

Situação no Paraná

No Paraná, onde muitos acreditam não existir mais índios, levantamento feito por uma Comissão Especial da Assembléia Legislativa colocou em evidência um quadro assustador. Vivem hoje no estado cerca de 8 mil indígenas, divididos entre 15 reservas, denominadas postos indígenas. Em todas elas os índios enfrentam condições sub-humanas. Com a destruição quase total de seu habitat natural e a perda de valores culturais, as comunidades são carentes de estrutura de higiene e saúde, moradias e meio de produção.

A comissão concentrou o trabalho em pontos básicos para traçar um diagnóstico da situação:

terra, saúde e habitação. Na questão da terra, verificou-se inúmeros conflitos com invasores das reservas, agravados pela inoperância da justiça. Com raras exceções, a pior terra foi reservada para os índios. Outro problema são as medidas do próprio governo, reduzindo os territórios indígenas. Ocorreram reduções em área de sete das quinze reservas: Man-gueirinha (redução de 7.400 ha), Ivaí (redução de 7.200 ha), Queimadas (redução de 3.081 ha), Faxinal (redução de 2.043 ha), Apucarãna (redução de 6.300 ha), Rio das Cobras (redução de 18.682 ha) e São Jerônimo da Serra (redução de 10.000 ha).

Os problemas de saúde são agravados pela falta de alimentação: grande parte da população indígena do Paraná não recebe o mínimo necessário para se alimentar. Subnutrição, escabiose, verminose, infecção respiratória e infecção intestinal são as principais causas de doenças registradas.

No tocante a habitação, a devastação do meio ambiente, com a derrubada das matas para o comércio de madeira, alterou totalmente o habitat natural indígena. Sem recursos naturais, aculturados, os indígenas do Paraná vivem hoje em precárias construções, sendo que há um déficit habitacional em praticamente todas as reservas.

Durante os trabalhos da Comissão, um dos problemas que mais chamou a atenção é a situação desesperadora dos Avá-Guarani. Expulsos de suas terras com a construção da Usina de Itaipu, as famílias se dispersaram. Um grupo foi morar no Ocoí, uma faixa de terra que varia de 80 a 100 metro em torno do lago da usina. No total, a área perfaz 231 ha, aproximadamente sete vezes menos que suas terras alagadas e que não oferece condições para atender as necessidades dos indígenas. Eles tem que trabalhar fora, as mulheres como diaristas e os homens como assalariados, boias-frias e até catadores de lixo na cidade. Esses fatores representam uma ameaça de extinção dos Avá-Guarani como povo. E as autoridades nada fazem para evitar este extermínio.

Luta pela demarcação

As forças democráticas e populares deste país precisam se mobilizar e exigir do governo uma política indigenista coerente. O prazo dado pelo Estatuto do Índio em 1973 para que todas as reservas fossem demarcadas até 1978 não foi cumprido. Em 1988 a Constituição estabeleceu um novo prazo, para 1993, mas também não foi cumprido. A realidade é que metade das terras indígenas continua sem demarcação.

São igualmente precisos mais recursos para atender a necessidade básicas dos povos indígenas (saúde, educação, auto-sustentação...). E as forças democráticas devem reforçar a luta a favor do projeto de Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, atualmente em tramitação na ONU, que reconhece o direito à autodeterminação desses povos no mundo inteiro. Uma bandeira daqueles que defendem um mundo onde todos possam se reconhecer, se identificar e viver com dignidade, resgatando a história, o conhecimento e as diferentes formas de organização social de cada povo. □

Dr. Rosinha é médico pediatra e deputado pelo PT do Paraná e **Célio Martins** é jornalista e assessor parlamentar do PT.